INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

075/2026

Protocolo: 3039/2026

Objeto: **Contratação de palestrante para realização de palestras em alusão ao "MAIO LARANJA", mês de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, nos dias 18 e 19 de maio de 2026, no Pavilhão Municipal de Eventos.**

Prefeitura Municipal de Piên - Rua Amazonas, 373 - Centro - Cep: 83860-000 – Telefone 41- 3632-1136

PIÊN PREFEITURA

355 - Prefeitura Municipal de Piên

02

PROTOCOLO

Em plano

Processo: 3039 / 2026

Requerente: Centro de Referência de Assistência Social (Cras)

Contato: Centro de Referência de Assistência Social (Cras) - Tel: 4136321137 - cras.assistenciasocial@pien.pr.gov.br

Assunto: Protocolo Geral

Descrição: Contratação de empresa especializada para a realização de ações in loco em alusão ao "MAIO LARANJA", para realização de ciclo de palestra interativa sobre conscientização e combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes.

07 de maio de 2026.

Protocolista

500.07e rptProcessoProtocolo anderleia diana cardoso das neves 07/05/2026 01:39:43

PIÊN PREFEITURA

355 - Prefeitura Municipal de Piên

PROTOCOLO

Em plano

Processo: 3039 / 2026

Requerente: Centro de Referência de Assistência Social (Cras)

Contato: Centro de Referência de Assistência Social (Cras) - Tel: 4136321137 - cras.assistenciasocial@pien.pr.gov.br

Assunto: Protocolo Geral

Descrição: Contratação de empresa especializada para a realização de ações in loco em alusão ao "MAIO LARANJA", para realização de ciclo de palestra interativa sobre conscientização e combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes.

07 de maio de 2026.

Centro de Referência de Assistência Social
Requerente

500.07e rptProcessoProtocolo anderleia diana cardoso das neves 07/05/2026 01:39:43

Órgão requisitante:	**Secretaria de Assistência Social e Defesa Civil**
Nº requerimento:	**30/2026**
Data:	**30/01/2026**

Descrição do objeto a ser comprado/contratado (Especificações técnicas - quantidades, tamanhos, cores, metragem, peso, capacidade, modelo, demais características):

1.1. Contratação de empresa especializada para a realização de ações in loco em alusão ao "MAIO LARANJA", para realização de ciclo de palestra interativa sobre conscientização e combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes.

1.2.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	Contratação de empresa especializada para a realização de ações *in loco* em alusão ao "MAIO LARANJA", para realização de ciclo de palestra interativa sobre conscientização e combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes. As palestras interativas serão realizadas entre os dias 18 e 19 de maio. A ação tem como público alvo os adolescentes residentes no município.	Serviço	12	R$ 775,00	R$ 9.300,00

Descrever a justificativa/motivação (apresentar as razões de interesse público que justificam a compra/contratação pretendida, apontando explicitamente a finalidade pública a ser alcançada com a licitação):

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) é estruturada no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), organizando-se em níveis de proteção social — básica e especial — com base na descentralização, participação social e responsabilidade compartilhada entre entes federados, sendo executada principalmente por meio dos serviços ofertados nos CRAS e CREAS.

Entre as responsabilidades atribuídas CRAS pela PNAS estão as ações de caráter não continuado, realizadas de forma complementar à rede de serviços. As ações de caráter não continuadas configuram-se como intervenções pontuais, eventuais e/ou emergenciais, desenvolvidas em consonância com os princípios da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Essas ações não substituem a oferta regular dos serviços socioassistenciais continuados, mas cumprem função

estratégica na resposta a demandas específicas, sazonais ou extraordinárias que impactam indivíduos, famílias e comunidade, assumindo papel relevante na articulação entre a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial, bem como na integração com outras políticas públicas e com o Sistema de Garantia de Direitos.

Ademais, tais ações possuem importante dimensão preventiva, educativa e mobilizadora, contribuindo para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, a disseminação de informações sobre direitos socioassistenciais e o estímulo à participação social.

Entre as ações de caráter não continuado desenvolvidas no SUAS está a campanha do "Maio Laranja". A campanha, alusiva ao dia 18 de maio — Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes — constitui-se como uma estratégia de mobilização social, prevenção e conscientização, reafirmando a responsabilidade do Estado, da família e da sociedade na garantia dos direitos assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A campanha do Maio Laranja possui importância estratégica por fortalecer a dimensão preventiva da Proteção Social Básica e qualificar as respostas da Proteção Social Especial frente às situações de violência sexual. Ela contribui para a disseminação de informações, a sensibilização da comunidade e a identificação precoce de situações de risco, possibilitando intervenções mais ágeis e articuladas da rede socioassistencial.

As ações desenvolvidas durante o Maio Laranja permitem ampliar o acesso às informações sobre direitos, canais de denúncia e serviços disponíveis, promovendo o empoderamento de crianças, adolescentes, famílias e comunidade, auxiliando no cumprimento do papel do SUAS enquanto política pública de caráter universal, protetivo e não contributivo, ao atuar tanto na prevenção das violências quanto na proteção social em situações de violação de direitos.

As ações do Maio laranja devem ser desenvolvidas por profissional especializado porque trata de um tema sensível e complexo — a prevenção e o enfrentamento do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes — que demanda conhecimento técnico, ético e legal para garantir uma abordagem adequada, responsável e protetiva. Recomenda-se profissionais que possuam formação e capacitação específica na área da proteção de crianças e adolescentes, especialmente assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, educadores sociais e profissionais da rede socioassistencial, que terão conhecimento técnico necessário para conduzir o diálogo de forma segura, com metodologia adequada ao público-alvo, evitando exposições desnecessárias ou revitimização, além de estarem aptos a orientar corretamente sobre fluxos de denúncia, rede de proteção e direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assegurando que a ação cumpra seu papel educativo, preventivo e de proteção integral.

O interesse público em realizar a campanha do Maio Laranja conduzida por profissional qualificado reside na necessidade de garantir uma abordagem tecnicamente correta, ética e efetiva de um tema que envolve a proteção integral de crianças e adolescentes, prevenindo danos, desinformação ou exposições inadequadas. A atuação de profissionais capacitados assegura que as ações tenham caráter educativo e preventivo, fortaleçam a rede de proteção, orientem corretamente a população sobre sinais de violência e canais de denúncia, e promovam a responsabilização do Estado, da família e da sociedade, contribuindo para a efetivação dos direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente e para a redução das violações no âmbito do interesse coletivo.

Prefeitura de
PIÊN

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
Secretaria de Assistência Social e Defesa Civil

05

Compra/Contratação é para atendimento de ordem judicial? **( ) Sim** **(X) Não**
Em caso afirmativo descrever qual:

Compra/Contratação exige solicitação de documentos/laudos específicos? **( ) Sim** **(x) Não**
Em caso afirmativo descrever quais as exigências:

Dotação Orçamentária:

10.003.08.245.0012.2044-33.90.39.00.00 – Conta de despesa 3513 – Fonte de Recurso 934

Recursos ( ) Próprios **(x) Federais** **( )Estaduais**
Caso os recursos sejam oriundos de repasses Federais ou Estaduais descrever quais e anexar a esta requisição os documentos pertinentes ao repasse.
Repasse Federal – Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS

Local de entrega/prestação ou execução do serviço/obra:	**Horários:**	**Prazo para entrega/prestação ou execução do serviço/obra:**
LOCAL 1: Colégio Estadual Alfredo Gleipel Junior - Avenida Paraná, 548. Trigolândia – Piên/PR LOCAL 2: Colégio Estadual Frederico Giese - Rua Espírito Santo, 62. Centro – Piên/PR	Das 09 às 21 horas	Nos dias 18 e 19 de maio de 2026

Indicação do responsável por recebimento e fiscalização da execução do objeto:
Tatiane Andreza Katser

Há licitação em curso para o objeto pretendido? **( ) Sim** **(X) Não**
Em caso afirmativo informar:
a) Nº do processo licitatório _____
b) Nº do contrato/ata de registro de preços vigente_____

c) Data de vencimento do contrato/ata de registro de preços_____

OBS: A informação acima pode ser verificada no Cronograma de Renovação de Licitações disponibilizado pelo Depto. de Licitações e Compras.

Anderleia Cardoso

Responsável pela elaboração
Anderleia Diana Cardoso das Neves
Auxiliar Administrativo – Matrícula 4766039

Secretária Municipal de Assist. Social e Defesa Civil
Kátia Regina Rudnick Cavalheiro Fragoso
Decreto nº 143/2025

07

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) é estruturada no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), organizando-se em níveis de proteção social — básica e especial — com base na descentralização, participação social e responsabilidade compartilhada entre entes federados, sendo executada principalmente por meio dos serviços ofertados nos CRAS e CREAS.

Entre as responsabilidades atribuídas CRAS pela PNAS estão as ações de caráter não continuado, realizadas de forma complementar à rede de serviços. As ações de caráter não continuadas configuram-se como intervenções pontuais, eventuais e/ou emergenciais, desenvolvidas em consonância com os princípios da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Essas ações não substituem a oferta regular dos serviços socioassistenciais continuados, mas cumprem função estratégica na resposta a demandas específicas, sazonais ou extraordinárias que impactam indivíduos, famílias e comunidade, assumindo papel relevante na articulação entre a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial, bem como na integração com outras políticas públicas e com o Sistema de Garantia de Direitos.

Ademais, tais ações possuem importante dimensão preventiva, educativa e mobilizadora, contribuindo para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, a disseminação de informações sobre direitos socioassistenciais e o estímulo à participação social.

Entre as ações de caráter não continuado desenvolvidas no SUAS está a campanha do "Maio Laranja". A campanha, alusiva ao dia 18 de maio — Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes — constitui-se como uma estratégia de mobilização social, prevenção e conscientização, reafirmando a responsabilidade do Estado, da família e da sociedade na garantia dos direitos assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A campanha do Maio Laranja possui importância estratégica por fortalecer a dimensão preventiva da Proteção Social Básica e qualificar as respostas da Proteção Social Especial frente às situações de violência sexual. Ela contribui para a disseminação de informações, a sensibilização da comunidade e a identificação precoce de situações de risco, possibilitando intervenções mais ágeis e articuladas da rede socioassistencial.

As ações desenvolvidas durante o Maio Laranja permitem ampliar o acesso às informações sobre direitos, canais de denúncia e serviços disponíveis, promovendo o empoderamento de crianças, adolescentes, famílias e comunidade,

auxiliando no cumprimento do papel do SUAS enquanto política pública de caráter universal, protetivo e não contributivo, ao atuar tanto na prevenção das violências quanto na proteção social em situações de violação de direitos.

As ações do Maio laranja devem ser desenvolvidas por profissional especializado porque trata de um tema sensível e complexo — a prevenção e o enfrentamento do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes — que demanda conhecimento técnico, ético e legal para garantir uma abordagem adequada, responsável e protetiva. Recomenda-se profissionais que possuam formação e capacitação específica na área da proteção de crianças e adolescentes, especialmente assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, educadores sociais e profissionais da rede socioassistencial, que terão conhecimento técnico necessário para conduzir o diálogo de forma segura, com metodologia adequada ao público-alvo, evitando exposições desnecessárias ou revitimização, além de estarem aptos a orientar corretamente sobre fluxos de denúncia, rede de proteção e direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assegurando que a ação cumpra seu papel educativo, preventivo e de proteção integral.

O interesse público em realizar a campanha do Maio Laranja conduzida por profissional qualificado reside na necessidade de garantir uma abordagem tecnicamente correta, ética e efetiva de um tema que envolve a proteção integral de crianças e adolescentes, prevenindo danos, desinformação ou exposições inadequadas. A atuação de profissionais capacitados assegura que as ações tenham caráter educativo e preventivo, fortaleçam a rede de proteção, orientem corretamente a população sobre sinais de violência e canais de denúncia, e promovam a responsabilização do Estado, da família e da sociedade, contribuindo para a efetivação dos direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente e para a redução das violações no âmbito do interesse coletivo.

2 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Para estimativa da quantidade a ser contratada considerou-se o tamanho do espaço disponível, a capacidade de acolhimento do público e, principalmente, o fato de o tema abordado ser sensível e delicado. Trabalhar com grupos menores favorece um ambiente mais seguro, acolhedor e propício ao diálogo, permitindo melhor escuta, participação e compreensão dos conteúdos apresentados, além de reduzir riscos de exposição inadequada ou desconforto dos participantes. Dessa forma, a organização das palestras em número e público limitados contribui para a qualidade da ação, garantindo uma abordagem responsável, humanizada e coerente com a complexidade do tema.

3 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para atender a demanda de realização de Ação de caráter não continuado em alusão ao "Maio Laranja", foi considerando as seguintes alternativas:

1° - Execução direta pela Administração Pública: A execução direta consiste na realização da ação por servidores públicos municipais, sem contratação de terceiros. A alternativa apresenta como ponto favorável o custo financeiro, entretanto o Município de Piên não dispõe de profissional com a especialização necessária para a execução adequada do objeto, podendo ocasionar comprometimento dos resultados que se pretende com a realização da ação.

2° - Execução indireta: A execução indireta ocorre por meio da contratação de profissional ou pessoa jurídica especializada. Esta solução apresenta qualificação técnica especializada, redução do risco de falhas metodológicas, melhoria da qualidade das propostas elaboradas e maior segurança quanto à validação das deliberações nas etapas superiores.

A análise comparativa demonstrou que, embora a execução direta apresente menor custo financeiro, ela envolve riscos metodológicos, limitações técnicas e possível comprometimento da qualidade dos resultados pretendidos. Por sua vez, a execução indireta oferece maior segurança técnica, qualidade metodológica e redução do risco de falhas que possam comprometer a ação.

Diante da complexidade da Conferência e da necessidade de garantir resultados qualificados, conclui-se que a execução indireta é a alternativa mais vantajosa ao interesse público, assegurando a efetividade, legitimidade e qualidade da ação.

Considerando a natureza do objeto que se pretende contratar, serviços técnicos especializado de natureza predominantemente intelectual, com profissionais ou entidades de notória especialização, há inviabilidade de competição.

Destaca-se que a secretaria realizou através de seu corpo técnico, a avaliação prévia dos temas a serem trabalhados e concluiu que este atende plena e satisfatoriamente a demanda proposta e considerando a exclusividade do serviço a ser contratado, ressaltamos não haver possibilidade de comparação de valores praticados pelo mercado, pois tal objeto não é ofertado por outro fornecedor.

Em virtude das especificidades do objeto a ser contratado, o fornecedor será selecionado por meio de contratação direta, tendo em vista a INEXIGIBILIDADE de licitação.

Considerando a Lei 14.133/2021, Art. 74:

É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para contratação do objeto pretendido, o interessado deverá comprovar que atua em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos de habilitação exigidos, nos termos da Lei n° 14.133/2021.

5 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Para o desenvolvimento da ação de caráter não continuada em alusão ao "Maio laranja" será contratado profissional especializado para realizar 12 (dose) palestras, tendo como público-alvo os adolecentes com faixa etaria entre 12 a 17 anos, residentes no município de Piên.

A ação será desenvolvida com as seguintes características:

- Data previsto é 18 e 19 de moía de 2026

- As palestras interativas serão realizadas na sede dos dois colégios estaduais do município, conforme cronograma abaixo.

CRONOGRAMA DAS PALESTRAS			
PALESTRA	DATA	LOCAL	PERIODO
1°	18/05/2026	Colégio Estadual Alfredo Gleipel Junior Avenida Paraná, 548. Trigolândia – Piên/PR	Manhã
2°	18/05/2026	Colégio Estadual Alfredo Gleipel Junior Avenida Paraná, 548. Trigolândia – Piên8PR	Manhã
3°	18/05/2026	Colégio Estadual Alfredo Gleipel Junior Avenida Paraná, 548. Trigolândia – Piên8PR	Manhã
4°	18/05/2026	Colégio Estadual Alfredo Gleipel Junior Avenida Paraná, 548. Trigolândia – Piên8PR	Tarde

5º	18/05/2026	Colégio Estadual Alfredo Gleipel Junior Avenida Paraná, 548. Trigolândia – Piên/PR	Tarde
6º	18/05/2026	Colégio Alfredo Gleipel Junior Avenida Paraná, 548. Trigolândia – Piên/PR	Noite
7º	19/05/2026	Colégio Estadual Alfredo Gleipel Junior Avenida Paraná, 548. Trigolândia – Piên/PR	Manhã
8º	19/05/2026	Colégio Estadual Frederico Giese Rua Espírito Santo, 62. Centro – Piên/PR	Manhã
9º	19/05/2026	Colégio Estadual Frederico Giese Rua Espírito Santo, 62. Centro – Piên/PR	Manhã
10º	19/05/2026	Colégio Estadual Frederico Giese Rua Espírito Santo, 62. Centro – Piên/PR	Tarde
11º	19/05/2026	Colégio Estadual Frederico Giese Rua Espírito Santo, 62. Centro – Piên/PR	Noite
12º	19/05/2026	Colégio Estadual Frederico Giese Rua Espírito Santo, 62. Centro – Piên/PR	Noite

- A contratada deverá realizar toda a organização bem como apresentar as palestras nos dias e horário estabelecidos.

- Cada palestra terá no mínimo 1 hora de duração.

- A Contratante ficará responsável pelo fornecimento do equipamento de áudio e vídeo necessários para o desenvolvimento da ação

- As despesas com alimentação, transporte, hospedagem entre outros, da equipe que realizará as palestras, estão inclusas no valor da contratação

6 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado da contratação é de R$ 9.300,00 (nove mil e trezentos reais).

7 - JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Nesta ação, o parcelamento não se demonstra técnica e economicamente vantajoso para a Administração, devido a natureza da despesa a ser executada.

8 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADO PRETENDIDOS

Os resultados pretendidos com a realização de ações em alusão ao Maio Laranja incluem a ampliação da conscientização sobre a prevenção e o enfrentamento do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes, o fortalecimento da cultura de proteção integral e a disseminação de informações claras sobre direitos, sinais de violência e canais de denúncia.

Busca-se ainda sensibilizar famílias, educadores e a comunidade em geral para a responsabilidade compartilhada na proteção das crianças e adolescentes, fortalecendo a rede de proteção intersetorial e estimular a identificação precoce de situações de risco, contribuindo para a redução de violações e para a promoção de um ambiente seguro, acolhedor e garantidor de direitos.

9 - PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES

Não há necessidade de providências preliminares para execução do objeto.

10- CONTRATAÇÕES CORRELATAS E INTERDEPENDENTES

Não haverá contratações correlatas e interdependentes.

11 - IMPACTOS AMBIENTAIS DA CONTRATAÇÃO

Considerando a natureza do objeto que se pretende contratar, não se verifica impactos ambientais relevantes, sendo necessário somente que o licitante atenda aos critérios dos órgãos fiscalizadores de sua atividade.

12 - PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

Há previsão da contratação no plano anual de contratações

13 - VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação de profissional especializado para a realização da ação em alusão ao Maio Laranja é plenamente viável, considerando que se trata de uma atividade pontual, de caráter educativo e preventivo, alinhada às ações socioassistenciais e às campanhas temáticas previstas pela PNAS.

A utilização de profissional qualificado assegura eficiência na condução da temática, otimiza o uso de recursos públicos ao garantir resultados mais efetivos e reduz riscos associados a abordagens inadequadas, reforçando o compromisso do poder público com a proteção integral de crianças e adolescentes.

Piên. 30 de abril de 2026.

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO
Anderleia Diana Cardoso das Neves
Auxiliar Administrativo – Matrícula 4766039

Secretária Municipal de Assist. Social e Defesa Civil
Kátia Regina Rudnick Cavalheiro Fragoso
Decreto nº 143/2025

TERMO DE REFERÊNCIA

1. **Objeto e especificações da contratação**
2. **Estimativa do Valor da Contratação**
3. **Forma e Critérios de Seleção do Fornecedor**
4. **Justificativa**
5. **Fonte Orçamentária**
6. **Exigências de Habilitação**
7. **Local e Período de execução**
8. **Modelo de Execução do Objeto**
9. **Modelo de Gestão do Contrato**
10. **Obrigações da contratada**
11. **Obrigações da Contratante**
12. **Legislação Aplicada**
13. **Vigência do Contrato**
14. **Fontes de Pesquisa**

1. OBJETO E ESPEPACIFICAÇÕES DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para a realização de ações *in loco* em alusão ao "MAIO LARANJA", para realização de ciclo de palestra interativa sobre conscientização e combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes.

1.2.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	Contratação de empresa especializada para a realização de ações *in loco* em alusão ao "MAIO LARANJA", para realização de ciclo de palestra interativa sobre conscientização e combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes. As palestras interativas serão realizadas entre os dias 18 e 19 de maio. A ação tem como público alvo os adolescentes residentes no município.	Serviço	12	R$ 775,00	R$ 9.300,00

1.1. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.2. A execução do objeto terá prazo definido e execução única.

1.3. O serviço não é enquadrado como continuado.

2. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

2.1. O custo total da contratação é de R$ 9.300,00 (nove mil e trezentos reais), conforme custos apostos na proposta em anexo.

2.2. O custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado.

2.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações.

2.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada.

2.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

3. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

3.1. A escolha recaiu sobre esta empresa tendo em vista que é inviável a competição através de licitação, tratando-se de conteúdo com exclusividade autora.

3.2. Esta contratação encontra respaldo no art. 74, inciso da Lei 14.133/2021, que dispõe:

"Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: (...) f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

(...)

§ 3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato

4. JUSTIFICATIVA

4.1. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) é estruturada no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), organizando-se em níveis de proteção social — básica e especial — com base na descentralização, participação social e responsabilidade compartilhada entre entes federados, sendo executada principalmente por meio dos serviços ofertados nos CRAS e CREAS.

Entre as responsabilidades atribuídas CRAS pela PNAS estão as ações de caráter não continuado, realizadas de forma complementar à rede de serviços. As ações de caráter não continuadas configuram-se como intervenções pontuais, eventuais e/ou emergenciais, desenvolvidas em consonância com os princípios da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Essas ações não substituem a oferta regular dos serviços socioassistenciais continuados, mas cumprem função estratégica na resposta a demandas específicas, sazonais ou extraordinárias que impactam indivíduos, famílias e comunidade, assumindo papel relevante na articulação entre a Proteção Social Básica e a

Proteção Social Especial, bem como na integração com outras políticas públicas e com o Sistema de Garantia de Direitos.

Ademais, tais ações possuem importante dimensão preventiva, educativa e mobilizadora, contribuindo para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, a disseminação de informações sobre direitos socioassistenciais e o estímulo à participação social.

Entre as ações de caráter não continuado desenvolvidas no SUAS está a campanha do "Maio Laranja". A campanha, alusiva ao dia 18 de maio — Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes — constitui-se como uma estratégia de mobilização social, prevenção e conscientização, reafirmando a responsabilidade do Estado, da família e da sociedade na garantia dos direitos assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A campanha do Maio Laranja possui importância estratégica por fortalecer a dimensão preventiva da Proteção Social Básica e qualificar as respostas da Proteção Social Especial frente às situações de violência sexual. Ela contribui para a disseminação de informações, a sensibilização da comunidade e a identificação precoce de situações de risco, possibilitando intervenções mais ágeis e articuladas da rede socioassistencial.

As ações desenvolvidas durante o Maio Laranja permitem ampliar o acesso às informações sobre direitos, canais de denúncia e serviços disponíveis, promovendo o empoderamento de crianças, adolescentes, famílias e comunidade, auxiliando no cumprimento do papel do SUAS enquanto política pública de caráter universal, protetivo e não contributivo, ao atuar tanto na prevenção das violências quanto na proteção social em situações de violação de direitos.

As ações do Maio laranja devem ser desenvolvidas por profissional especializado porque trata de um tema sensível e complexo — a prevenção e o enfrentamento do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes — que demanda conhecimento técnico, ético e legal para garantir uma abordagem adequada, responsável e protetiva. Recomenda-se profissionais que possuam formação e capacitação específica na área da proteção de crianças e adolescentes, especialmente assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, educadores sociais e profissionais da rede socioassistencial, que terão conhecimento técnico necessário para conduzir o diálogo de forma segura, com metodologia adequada ao público-alvo, evitando exposições desnecessárias ou revitimização, além de estarem aptos a orientar corretamente sobre fluxos de denúncia, rede de proteção e direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assegurando que a ação cumpra seu papel educativo, preventivo e de proteção integral.

O interesse público em realizar a campanha do Maio Laranja conduzida por profissional qualificado reside na necessidade de garantir uma abordagem

tecnicamente correta, ética e efetiva de um tema que envolve a proteção integral de crianças e adolescentes, prevenindo danos, desinformação ou exposições inadequadas. A atuação de profissionais capacitados assegura que as ações tenham caráter educativo e preventivo, fortaleçam a rede de proteção, orientem corretamente a população sobre sinais de violência e canais de denúncia, e promovam a responsabilização do Estado, da família e da sociedade, contribuindo para a efetivação dos direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente e para a redução das violações no âmbito do interesse coletivo.

5. FONTE ORÇAMENTARIA

5.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município de Piên.

5.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

10.003.08.245.0012.2044-33.90.39.00.00– Conta 3513 – Fonte 934.

5.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

6. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os serviços deverão ser prestados por empresa especializada no ramo e possuir experiência na execução do serviços similares, possuir reputação ético-profissional, regularidade fiscal, devendo ainda, cumprir todos os requisitos legais necessários à contratação com a Administração Pública.

6.2. Na presente contratação não há necessidade de indicação de marcas ou modelos;

6.3. Não há necessidade de emissão de carta de solidariedade;

6.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual;

6.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

6.6. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

7. LOCAL E PERÍODO DE EXECUÇÃO

7.1. LOCAL: O Objeto será executado nos seguintes endereços:

LOCAL 1: Colégio Estadual Alfredo Gleipel Junior - Avenida Paraná, 548. Trigolândia – Piên/PR

LOCAL 2: Colégio Estadual Frederico Giese - Rua Espírito Santo, 62. Centro – Piên/PR

7.2. PERÍODO DE EXECUÇÃO: O objeto contratado terá execução única, a ser realizado nos dias 18 e 19 de maio de 2026, conforme cronograma a ser desenvolvido pelo CRAS.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. Para o desenvolvimento da ação de caráter não continuada

8.2. A contratada deverá realizar toda a organização bem como desenvolver todas as atividades contidas na proposta anexa a este edital no dia e horário estabelecidos.

8.3. As palestras acontecerão conforme tabela baixo:

CRONOGRAMA DAS PALESTRAS			
PALESTRA	**DATA**	**LOCAL**	**PERIODO**
1º	**18/05/2026**	**Colégio Estadual Alfredo Gleipel Junior Avenida Paraná, 548. Trigolândia – Piên/PR**	**Manhã**
2º	**18/05/2026**	**Colégio Estadual Alfredo Gleipel Junior Avenida Paraná, 548. Trigolândia – Piên8PR**	**Manhã**
3º	**18/05/2026**	**Colégio Estadual Alfredo Gleipel Junior Avenida Paraná, 548. Trigolândia – Piên8PR**	**Manhã**
4º	**18/05/2026**	**Colégio Estadual Alfredo Gleipel Junior Avenida Paraná, 548. Trigolândia – Piên8PR**	**Tarde**
5º	**18/05/2026**	**Colégio Estadual Alfredo Gleipel Junior Avenida Paraná, 548. Trigolândia – Piên/PR**	**Tarde**
6º	**18/05/2026**	**Colégio Alfredo Gleipel Junior Avenida Paraná, 548. Trigolândia – Piên/PR**	**Noite**
7º	**19/05/2026**	**Colégio Estadual Alfredo Gleipel Junior Avenida Paraná, 548. Trigolândia – Piên/PR**	**Manhã**
8º	**19/05/2026**	**Colégio Estadual Frederico Giese Rua Espírito Santo, 62. Centro – Piên/PR**	**Manhã**
9º	**19/05/2026**	**Colégio Estadual Frederico Giese Rua Espírito Santo, 62. Centro – Piên/PR**	**Manhã**
10º	**19/05/2026**	**Colégio Estadual Frederico Giese Rua Espírito Santo, 62. Centro – Piên/PR**	**Tarde**

11º	**19/05/2026**	**Colégio Estadual Frederico Giese Rua Espírito Santo, 62. Centro – Piên/PR**	**Noite**
12º	**19/05/2026**	**Colégio Estadual Frederico Giese Rua Espírito Santo, 62. Centro – Piên/PR**	**Noite**

8.3.1. Para definir o número de palestras a ser realizadas considerou-se o tamanho do espaço disponível, a capacidade de acolhimento do público e, principalmente, o fato de o tema abordado ser sensível e delicado. Trabalhar com grupos menores favorece um ambiente mais seguro, acolhedor e propício ao diálogo, permitindo melhor escuta, participação e compreensão dos conteúdos apresentados, além de reduzir riscos de exposição inadequada ou desconforto dos participantes. Dessa forma, a organização das palestras em número e público limitados contribui para a qualidade da ação, garantindo uma abordagem responsável, humanizada e coerente com a complexidade do tema.

8.4. Os equipamentos de áudio e vídeo necessários ao pleno desenvolvimento da ação serão fornecidos pelo contratante.

8.5. As despesas com alimentação, transporte, hospedagem entre outros, estão inclusas no valor da contratação

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1. A execução do objeto terá data definida e execução única, não sendo necessário formalizar contrato, apenas a emissão da Nota de Empenho/Ordem de Serviço.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada obriga-se a:

10.1.1. Executar o objeto para o qual for contratado de acordo com o estipulado neste Termo de Referência, no Edital e no contrato a ser firmado com o Município;

10.1.2. Comparecer com pontualidade de horários para realizar a ação, de modo que atrasos injustificados ou cumprimento da carga horária em quantidade inferior à contratada serão descontados do valor a ser pago ao Contratado;

10.1.3. Seguir as orientações do CRAS de Piên quanto aos temas, músicas e demais especificações necessárias para o desenvolvimento da ação, não podendo o contratado decidir sem a expressa autorização do CRAS de Piên.

10.1.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.5. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência, edital ou na minuta de contrato;

10.1.6. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do objeto.

10.1.7. No que se refere a prestação de serviços que necessita de funcionários a empresa deverá manter as suas obrigações trabalhistas em dia, apresentando mensalmente a prefeitura municipal.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. A Contratante obriga-se a:

11.1.1. Proporcionar todas as facilidades, bem como informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados para que o Contratado possa desempenhar bem suas funções;

11.1.2. Disponibilizar local, com data e horário definidos, para realização da sessão de teatro;

11.1.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, verificando minuciosamente a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes do Edital e da Proposta apresentada pelo contratado, para fins de aceitação e recebimentos definitivos;

11.1.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as especificações e condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e na Proposta apresentada pelo contratado;

11.1.5. Notificar, por escrito, a empresa contratada sobre a ocorrência de eventuais imperfeições nos serviços prestados ou outras irregularidades constatadas durante a execução do Contrato;

11.1.6. Efetuar os pagamentos de acordo com as condições e preços pactuados no Contrato.

12. LEGISLAÇÃO APLICADA

12.1. O Presente termo de referência se submete integralmente a Lei nº 14.133/2021.

13. VIGÊNCIA DO CONTRATO

13.1. A execução do objeto terá data definida e execução única, não sendo necessário formalizar contrato, apenas a emissão da Nota de Empenho/Ordem de Serviço.

13. FONTES DE PESQUISA

13.1. GRAZIELLE S TURBAY ASSESSORIA E CURSOS LTDA - CNPJ: 53.213.890/0001-86

Piên 07 de maio de 2026.

Anderleia Cardoso

ANDERLEIA DIANA CARDOSO DAS NEVES
Auxiliar Administrativo – Matrícula 4766039
Responsável pela Elaboração

Tatiane A. Katzer

TATIANE ANDREZA KATZER
Coordenadora do CRAS – Portaria nº 273/2022
Fiscal de contrato

KÁTIA REGINA RUDNICK CAVALHEIRO FRAGOSO
Secretaria Municipal De Assist. Social E Defesa Civil
Decreto nº 143/2025

Relatório Pesquisa de Preços

1 – Requerente: Secretaria Municipal de Assistência Social e Defesa Civil

2 – Agente Responsável pela Cotação: Anderleia Diana Cardoso das Neves - Matrícula

3 – Objeto: Contratação de empresa especializada para a realização de ações *in loco* em alusão ao "MAIO LARANJA", para realização de ciclo de palestra sobre conscientização e combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes.

4 – Fontes Consultadas: A pesquisa de preços foi realizada utilizando-se dos seguintes parâmetros para a formação do preço de referência:

☒ Contratações similares, no âmbito da Administração Pública do Município de Piên, homologadas nos últimos 12 (doze) meses anteriores à data da pesquisa de preços, corrigidas pelo INPC acumulado no período;
☒ Contratações similares de outros entes públicos, homologadas nos últimos 12 (doze) meses anteriores à data da pesquisa de preços, corrigidas pelo INPC acumulado no período;
☐ Painel de Preços disponível no endereço eletrônico http://paineldeprecos.planejamento.gov.br;
☐ Consulta ao aplicativo Menor Preço, ou ainda ao site https://menorpreco.notaparana.pr.gov.br desenvolvidos pelo Governo de Estado do Paraná, devendo-se selecionar o município como cidade de pesquisa, não encontrando a região e após o estado;
☐ Pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo Federal ou Estadual, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso;
☐ Pesquisa de preços em sites de lojas virtuais, observando a necessidade de juntar-se ao processo a impressão da página pesquisa, contendo nome e CNPJ da empresa, a descrição do produto, o preço, bem como data e hora de acesso;
☒Pesquisa de preços realizada pelo(a) próprio(a) Secretário(a) do órgão solicitador da aquisição/contração ou servidor designado para o ato, preferencialmente via e-mail ou correspondência eletrônica, devendo constar dados da empresa consultada (nome, cnpj, endereço e telefone), nome e CPF do atendente da empresa, dentre outras informações relevantes a identificação;
☐ Pesquisa com fornecedores ou prestadores de serviços, através de no mínimo 03 (três) orçamentos, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 90 (noventa) dias, como também que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 120 (cento e vinte) dias de antecedência da data de divulgação do edital;

☐ Consulta a bancos de dados especializados se dará em razão do objeto a ser adquirido demonstrado no processo administrativo, devendo ser utilizados, dentre outros o BPS - Banco de Preços em Saúde do Ministério da Saúde, Cotação de Diária de Preços da CEASA/PR Centrais de Abastecimento do Paraná, SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, SLP - Sistema de Levantamento de Preços da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis;
☐ Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas decorrentes de contratações públicas similares.

5 – Método Aplicado: Fornecedor único. Foram solicitadas NFS de serviços prestados pelo fornecedor a outros entes federados para comparação de preços.

6 – Preços de Referência:

6.1 – O serviço objeto desta contratação é caracterizado como serviços técnico especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, sendo inviável a comparação de preços.

6.1.1 – Item 1: R$ 9.300,00 (nove mil e trezentos reais), custos apostos conforme proposta em anexo.

7 – Os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados foram desconsiderados?

☐ SIM ☐ NÃO ☒ NÃO EXISTIA PREÇO A SER DESCONSIDERADO

8 – Houve pesquisa com menos de três preços?

☒ SIM ☐ NÃO

Justificativa:
Considerando a natureza do objeto a ser contratado, não foi possível realizar comparação de preço entre fornecedores. Adotando a contratação direta, tendo em vista a INEXIGIBILIDADE de licitação.

Considerando a Lei 14.133/2021, Art. 74:

É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

Foi realizado pesquisa no Portal Nacional de Contratações Publica e em contratações similares no âmbito do município de Piên, bem como solicitado a empresa selecionada o envio de notas ficais e contratos já assinados, para comparativo de preço. Concluindo que os valores cobrados estão dentro dos padrões de mercado para o objeto desta contratação.

9 – Os seguintes fornecedores foram consultados e não enviaram.

9.1 – Não se aplica

10 - Data do início da pesquisa de preços: 22/04/2026

11 - Data de conclusão da pesquisa de preços: 30/04/2026

12 – Declaro para os devidos fins que, em atendimento ao art. 11.º do Decreto Municipal de n.º 314/2023, segue em anexo NFS de serviços prestados pelo fornecedor.

13 – Declaro para os devidos fins que, em atendimento ao inciso I e II, do parágrafo 4.º do art. 8.º do Decreto Municipal de n.º 314/2023, não se aplica a está contratação.

14 – Declaro para os devidos fins, nos termos do art. 7.º do Decreto Municipal de n.º 314/2023, que os preços fixados no processo estão de acordo com os praticados no mercado.

Piên, 30 de abril de 2026

ANDERLEIA DIANA CARDOSO DAS NEVES
Auxiliar Administrativo – Matrícula 4766039
Responsável pela Elaboração

KÁTIA REGINA RUDNICK CAVALHEIRO FRAGOSO
Secretaria Municipal De Assist. Social E Defesa Civil
Decreto nº 143/2025

26

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Número da Nota
33
Data e Hora de Emissão
25/09/2025 11:22:01
Código de Verificação
YXNYIH0S

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Razão Social: GRAZIELLE S TURBAY ASSESSORIA E CURSOS LTDA
CPF / CNPJ: 53.213.890/0001-86 **Inscrição Municipal:** 08 02 1136036-7
Endereço: TV. VIRGÍLIO GOMES PINHEIRO, 000031 - BAIRRO: GUABIROTUBA - CEP: 81520320 **Tel.:** 41 - 32254430
Município: CURITIBA **UF:** PR **Email:** processos@escritorioimperial.com.br

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome/Razão Social: Prefeitura Municipal de Piên
CPF / CNPJ: 76.002.666/0001-40 **IMU:** **Outro Doc.:**
Endereço: Rua Amazonas, 373 - BAIRRO: Centro - CEP: 83860000
Município: PIEN **UF:** PR **Email:**

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Serviços Prestados : Uma conversa sobre Valorização da Vida, Diversidade e Saúde Mental
Empenho n 9171/2025
Impostos Incidentes Aproximados : R$ 30,00

Valor Líquido da Nota Fiscal = R$ 1.500,00

VALOR TOTAL DA NOTA - R$1.500,00

Código da Atividade

17 - 24 - Apresentação de palestras, conferências, seminário e congêneres.

Valor Total das Deduções (R$)	Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Valor do ISS (R$)	Crédito p/ Abatimento do IPTU
0,00	1.500,00	2,01	30,15	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

Esta NFS-e foi emitida com respaldo na Lei 73/2003.
Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional.
Não gera direito a crédito fiscal de IPI

Mais informações: nota.curitiba.pr.gov.br

CERTIFICO
Que os materiais constantes no documento fiscal, foram recebidos ou que os serviços foram executados.

Piên, 25 / 08 / 2025

Nome: Beatrícia Inez Schroth Eduardo
Doc.: RG 10.200.530-2/PR
Assinatura: Beatrícia

27

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Número da Nota	27
Data e Hora da Emissão	02/07/2025 13:21:28
Código de Verificação	29W2S901

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Razão Social: GRAZIELLE S TURBAY ASSESSORIA E CURSOS LTDA
CPF / CNPJ: 53.213.890/0001-86 **Inscrição Municipal:** 08 02 1136036-7
Endereço: TV. VIRGÍLIO GOMES PINHEIRO, 000031 - BAIRRO: GUABIROTUBA - CEP: 81520320 **Tel.:** 41 - 32254430
Município: CURITIBA **UF:** PR **Email:** processos@escritorioimperial.com.br

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome/Razão Social: Prefeitura Municipal de Piên
CPF / CNPJ: 76.002.666/0001-40 **IMU:** **Outro Doc.:**
Endereço: Rua Amazonas, 373 - BAIRRO: Centro - CEP: 83860000
Município: PIEN **UF:** PR **Email:**

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Serviço Prestado de Palestra Show sobre Direito do Idoso, Ferramentas de Proteção e Tipos de Violência.
Empenho n. 5673/2025
Impostos Incidentes Aproximado = 6% = R$ 168,00

Dados para Pagamento:
NU Pagamentos - Agencia 0001 C/C 556.371.506-1

Valor Liquido da Nota Fiscal = R$ 2.800,00

VALOR TOTAL DA NOTA - R$2.800,00

Código da Atividade

17 - 24 - Apresentação de palestras, conferências, seminário e congêneres.

Valor Total das Deduções (R$)	Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Valor do ISS (R$)	Crédito p/ Abatimento do IPTU
0,00	2.800,00	2,01	56,28	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

Esta NFS-e foi emitida com respaldo na Lei 73/2003.
Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional
Não gera direito a crédito fiscal de IPI.

Mais informações: nota.curitiba.pr.gov.br

CERTIFICO
Que os materiais constantes no documento fiscal foram recebidos ou que os serviços foram executados.

Piên 02/07/25
Nome: Scheila Fuerst Schroth
RG:10.094.184-8
Assinatura:

28

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Número da Nota	21
Data e Hora da Emissão	12/05/2025 13:22:23
Código de Verificação	9QX2F00W

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Razão Social: GRAZIELLE S TURBAY ASSESSORIA E CURSOS LTDA
CPF / CNPJ: 53.213.890/0001-86 **Inscrição Municipal:** 08 02 1136036-7
Endereço: TV. VIRGÍLIO GOMES PINHEIRO, 000031 - BAIRRO: GUABIROTUBA - CEP: 81520320 **Tel.:** 41 - 32254430
Município: CURITIBA **UF:** PR **Email:** processos@escritorioimperial.com.br

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome/Razão Social: Prefeitura Municipal de Piên
CPF / CNPJ: 76.002.666/0001-40 **IMU:** **Outro Doc.:**
Endereço: Rua Amazonas, 373 - BAIRRO: Centro - CEP: 83860000
Município: PIEN **UF:** PR **Email:**

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Serviço Prestado de Palestra : Nos Somos Aqueles Por Quem Estávamos Esperando.
Empenho n. 3013/2025
Impostos Aproximados = 6% = R$ 168,00

Valor Líquido da Nota Fiscal = R$ 2.800,00

VALOR TOTAL DA NOTA - R$2.800,00

Código da Atividade

17 - 24 - Apresentação de palestras, conferências, seminário e congêneres.

Valor Total das Deduções (R$)	Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Valor do ISS (R$)	Crédito p/ Abatimento do IPTU
0,00	2.800,00	2,01	56,28	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

Esta NFS-e foi emitida com respaldo na Lei 7372009.
Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional
Não gera direito a crédito fiscal de IPI

Mais informações: nota.curitiba.pr.gov.br

CERTIFICO
Que os materiais constantes no documento fiscal, foram recebidos ou que os serviços foram executados.

Piên, 12 / 05 / 25

Nome: Tatiane A. Katzer
Doc.: 2.925.371-SC
Assinatura: Tatiane A. Katzer

MÊS: 04/2025

VALOR: R$ 2.600,00

- **MUNICÍPIO DE CERRO AZUL**

CONF. MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Número da Nota	20
Data e Hora da Emissão	28/04/2025 10:47:10
Código de Verificação	YJ9CPD0G

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Razão Social:	GRAZIELLE S TURBAY ASSESSORIA E CURSOS LTDA		
CPF / CNPJ:	53.213.890/0001-65	Inscrição Municipal:	09 02 1135036-7
Endereço:	TV. VIRGILIO GOMES PINHEIRO, 000031 - BAIRRO: GUABIROTUBA - CEP: 81520320	Tel.:	41 - 32254430
Município:	CURITIBA UF: PR	Email:	processos@escritorioimperial.com.br

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome/Razão Social:	Prefeitura Municipal de Cerro Azul		
CPF / CNPJ:	76.105.626/0001-24	IMU:	Outro Doc.:
Endereço:	Rua Barão do Cerro Azul, 63 - COMPLEMENTO: Casa - BAIRRO: Centro - CEP: 83570000		
Município:	CERRO AZUL UF: PR	Email:	

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Serviços Prestados de Palestra sobre os Direitos da Pessoa Idosa
Imposto Incidentes Aproximados = 6% = R$ 156,00

Valor Líquido da Nota Fiscal = R$ 2.600,00

VALOR TOTAL DA NOTA = R$ 2.600,00

Código da Atividade

17.24 - Apresentação de palestras, conferências, seminário e congêneres.

Valor Total das Deduções (R$)	Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Valor do ISS (R$)	Crédito p/ Abatimento do IPTU
0,00	2.600,00	2,01	52,26	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

Esta NFS-e foi emitida com respaldo na Lei 7.132/2009.
Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional.
Não gera Direito a crédito fiscal de IPI.

Mais informações: nota.curitiba.pr.gov.br

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Águas Frias
Departamento de Compras

CNPJ: 95.990.180/0001-02
Rua Sete de Setembro, 512 – Centro
Águas Frias – SC, CEP 89.843-000
Fone/Fax (49) 3332-0019

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 14/2026

Contrato que entre si celebram a(o) **MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS**, Estado de Santa Catarina, com endereço na(o) Rua Sete de Setembro, inscrita no CGC/MF sob o nº 95.990.180/0001-02, neste ato representada por seu Prefeito, Senhor **WESLEY TERRIBILE**, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE** e a Empresa CELSO CURIONI, com sede em Rua Aurélio Fontana de Paauli, nº 175 SN, Bairro Cidade Jardim na cidade de União da Vitória/PR, inscrita no CGC/MF sob o nº. 15.005.174/0001-14 neste ato representada por seu(ua) representante legal Senhor(a) CELSO CURIONI inscrito no CPF nº 00*.***.3**-17, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, em decorrência do Processo de Licitação Nº. 26/2026, Dispensa por Limite Nº.11/2026, homologado em 03/03/2026, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS (ART. 92, I)

1 - Palestra em alusão ao dia estadual de combate ao Abuso e a Exploração Sexual de crianças e adolescentes.

ITEM	QTD	UN	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	1	Und	PALESTRA PARA PAIS, ALUNOS E PROFESSORES "EDUCAÇÃO NOS TEMPOS ATUAIS" COMO DESENVOLVER RELAÇÃO EFETIVA DE AMOR E AUTORIDADE.	R$ 2.600,00	R$ 2.600,00
				VALOR TOTAL	R$ 2.600,00

CLÁUSULA SEGUNDA: VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO E À PROPOSTA DO LICITANTE VENCEDOR (ART. 92, II)

2.1. Este contrato é vinculado ao edital do Processo Licitatório nº 26/2026 na modalidade Dispensa por Limite, nº 11/2.026, homologado em 03/03/2026 e a proposta da Contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO AOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)

3.1. Este contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Águas Frias
Departamento de Compras

CNPJ: 95.990.180/0001-02
Rua Sete de Setembro, 512 – Centro
Águas Frias – SC, CEP 89.843-000
Fone/Fax (49) 3332-0019

3.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito

CLÁUSULA QUARTA: REGIME DE EXECUÇÃO (ART. 92, IV)

4.1. O objeto do presente contrato será realizado sob a Forma/Regime Execução: Indireta.

4.2. A palestra deverá ter duração de no mínimo 2 horas para o público.

4.3. A palestra deverá ser de forma presencial.

4.4. A empresa deverá realizar o fornecimento dos conteúdos a serem abordados, incluso materiais educativos a serem distribuídos aos ouvintes.

4.5. A contratada deverá realizar o fornecimento dos equipamentos sonoros para capacidade de público de até 350 pessoas, a ser instalado no local de execução dos serviços

CLÁUSULA QUINTA: O PREÇO E AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, OS CRITÉRIOS, A DATA-BASE E A PERIODICIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E OS CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA ENTRE A DATA DO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E A DO EFETIVO PAGAMENTO (ART. 92, V)

5.1 - A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o preço total de R$ 2.600,00 (dois mil, e seiscentos reais).

5.2. Os pagamentos serão efetuados através de créditos em conta bancária ou boleto bancário, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo setor competente. Em até 30 (trinta) dias, contados da data da apresentação da Nota Fiscal pelo detentor, devidamente conferida e atestada pela secretaria requisitante.

5.3. Nas notas fiscais deverão constar o número do Contrato firmado ou empenho, e ainda, atestada pelo responsável pelo recebimento, o valor total e quantidade, além das demais exigências legais.

5.4. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que a contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

5.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

5.6. Será efetuado recolhimento de todos os tributos devidos quando da realização dos pagamentos.

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Águas Frias
Departamento de Compras

CNPJ: 95.990.180/0001-02
Rua Sete de Setembro, 512 – Centro
Águas Frias – SC, CEP 89.843-000
Fone/Fax (49) 3332-0019

5.7. A partir de 01/10/2023 todos os pagamentos a serem realizados a pessoas jurídicas, de contratos vigentes ou futuros, sofrerão a retenção do imposto de renda na fonte, devendo a nota ser expedida com a observação da retenção, de acordo com as regras da Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal e Decreto Municipal nº 143/2023, sob pena de não aceitação da nota.

5.8. No pagamento serão retidas do valor da contratação todas as retenções previdenciárias, impostos e taxas fixados em Lei. Na hipótese da licitante ser optante do SIMPLES, a empresa deverá informar através de declaração ou na Nota Fiscal a alíquota de ISSQN, INSS e o valor a ser recolhido.

5.9. Na nota fiscal é obrigatório que a CONTRATADA informe o percentual e valor de retenção do IRRF da prestação de serviços realizadas para o Município de Águas Frias –SC conforme disposto na IN RFB nº 1.234/2012, a fim de viabilizar o cumprimento do art. 1º do Decreto Municipal nº 143/2023 de 13 de junho de 2023.

5.10. Pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em relação às suas receitas próprias DEVERÁ apresentar a declaração constante do inciso XI do ART. 4º da IN RFB nº1234/20212 (ANEXO IV DA IN) para que não sejam retidos os valores correspondentes ao IR e às contribuições de que trata está Instrução Normativa.

5.11. Demais empresas imunes ou isentas deverão informar na Nota Fiscal a Lei o artigo e o inciso para não seja realizado a retenção.

5.12. A nota deverá ser emitida em nome do Município de Águas Frias CNPJ 95.990.180/0001-02 Rua Sete de Setembro, 512, centro, Águas Frias -SC, CEP 89.843-000. A mesma deverá ser encaminhada para o e-mail: contabilidade@aguasfrias.sc.gov.br, nos arquivos com extensão XML e PDF, sob pena de retenção de pagamentos. Juntamente com a Nota fiscal deverá ser enviado as certidões vigentes de regularidade fiscal e trabalhista.

5.13. Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da CONTRATADA incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto contratado, constituindo-se na única remuneração devida.

5.14. Será efetuado recolhimento de todos os tributos devidos quando da realização dos pagamentos.

5.15. A partir de 01/10/2023 todos os pagamentos a serem realizados a pessoas jurídicas, de contratos vigentes ou futuros, sofrerão a retenção do imposto de renda na fonte, devendo a nota ser expedida com a observação da retenção, de acordo com as regras da Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal e Decreto Municipal nº 143/2023, sob pena de não aceitação da nota.

5.16. Durante o prazo inicial de 12 (doze) meses de execução do contrato, os preços não sofrerão qualquer reajuste contratual. Em caso de prorrogação do contrato os preços serão reajustados anualmente

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Águas Frias
Departamento de Compras
CNPJ: 95.990.180/0001-02
Rua Sete de Setembro, 512 – Centro
Águas Frias – SC, CEP 89.843-000
Fone/Fax (49) 3332-0019

(decorridos os doze meses), já no início da prorrogação e assim sucessivamente (de doze em doze meses),de acordo com o índice acumulado (últimos doze meses proporcional) do IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), divulgado pela Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ou índice legal oficial que venha a substituí-lo.

CLÁUSULA SEXTA: PRAZO PARA LIQUIDAÇÃO E PARA PAGAMENTO (ART. 92, VI)

6.1. Os valores referentes aos itens da tabela constante na cláusula primeira item 1.1 somente serão pagos após a prestação desses serviços/entrega dos itens.

CLÁUSULA SÉTIMA: OS PRAZOS DE ENTREGA, OBSERVAÇÃO E RECEBIMENTO DEFINITIVO, QUANDO FOR O CASO (art. 92, VII)

7.1. Os serviços de palestras deverão ser realizados no dia 18 de maio de 2025.

7.2. Serão realizadas 2 (duas) palestras, divididas em uma palestra no período da manhã e uma palestra no período vespertino.

7.3. A(s) empresa (s)deverá realizar a palestra abordando os assuntos especificados neste Termo de Referência.

7.4. Os Serviços executados somente serão recebidos e considerados devidamente realizados se aceitos pela Secretária de Assistência Social e se estiver de acordo com este termo de referência.

7.5. Os serviços de palestras deverão ser realizados no dia 18 de maio de 2025.

7.6. Serão realizadas 2 (duas) palestras, divididas em uma palestra no período da manhã e uma palestra no período vespertino.

CLÁUSULA OITAVA: O CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA, COM A INDICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E DA CATEGORIA ECONÔMICA (art. 92, VIII)

8.1 - As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente, cuja fonte de recurso tem a seguinte classificação:

6 - Dotação Orçamentária		
Ação		
2025	1500.7000	339039990000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Águas Frias
Departamento de Compras

CNPJ: 95.990.180/0001-02
Rua Sete de Setembro, 512 – Centro
Águas Frias – SC, CEP 89.843-000
Fone/Fax (49) 3332-0019

CLÁUSULA NONA - PRAZO PARA RESPOSTA AO PEDIDO DE REPACTUAÇÃO DE PREÇOS, QUANDO FOR O CASO (ART. 92, X)

9.1 – Caso ocorra a solicitação de repactuação a Contratante responderá ao pedido dentro do prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da data do protocolo correspondente, devidamente instruído da documentação suporte.

9.2. Dentro do prazo previsto no item 9.1 o Contratante poderá requerer esclarecimentos e realizar diligências junto a Contratada ou a terceiros, hipótese em que o prazo para resposta será suspenso.

CLÁUSULA DÉCIMA - PRAZO PARA RESPOSTA AO PEDIDO DE RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO, QUANDO FOR O CASO (ART. 92, XI)

10.1 - O reequilíbrio econômico poderá ser solicitado a qualquer tempo pelo(a) CONTRATADO (A) desde que comprovado caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d" da lei nº 14.133/93, sendo que a resposta de deferimento ou indeferimento do pedido ocorrerá sempre no primeiro dia do mês subsequente a requisição.

10.2 - Se concedido o reequilíbrio este atingirá somente compras futuras, posteriores ao pedido, não recaindo nas compras já solicitadas e empenhadas. Devendo o fornecedor entregar os bens ou prestar os serviços já empenhados pelo valor da licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS E SUAS BASES DE CÁLCULO (ART. 92, XIV)

11.1 - São obrigações da CONTRATADA:

a) Os serviços deverão ser executados na data, horário e local conforme definido no objeto.
b) Responsabilizar-se pela montagem dos equipamentos utilizados. Garantindo a segurança dos presentes no evento e de todos os utilizadores dos equipamentos.
c) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos e materiais que possam vir a ser causado a contratante ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligencia, imprudência ou desrespeito às normas de segurança e/ou qualidade dos produtos fornecidos;
d) Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos necessários para execução dos serviços/produtos a, em conformidade com as normas regulamentadoras e determinações em vigor;
e) Responsabilizar-se por toda e qualquer despesa durante a execução do objeto, em relação a transporte de pessoal e/ou equipamento, diárias e estadias, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem pertinentes a execução do objeto de presente termo de referência.

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Águas Frias
Departamento de Compras

CNPJ: 95.990.180/0001-02
Rua Sete de Setembro, 512 – Centro
Águas Frias – SC, CEP 89.843-000
Fone/Fax (49) 3332-0019

f) Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
g) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
h) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
i) Paralisar, por determinação da Contratante, ou de ofício, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
j) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança;
k) Promover a organização técnica e administrativa dos serviços/produtos, de modo a conduzi-los de forma eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
l) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços/produtos e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
m) Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações deste termo de referência.
n) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
o) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
p) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social.
q) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
r) Todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto licitado, inclusive frete, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, não sendo a CONTRATANTE responsável pelo fornecimento de mão de obra para viabilizar o transporte.
s) Entregar o(s) PRODUTO(S)/SERVIÇO(S) de acordo com o pactuado, não sendo aceito em hipótese alguma produtos de marcas e especificações diferentes;
t) Responsabilizar-se por todos os profissionais envolvidos na realização do evento.
u) A CONTRATADA, deverá fornecer a mão-de-obra, produtos, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a perfeita execução dos contratos e demais atividades correlatas;
v) Obter, em caso de trabalho artístico ou qualquer outro bem tangível de terceiros na execução e divulgação dos serviços contratados, a liberação, licença, permissão ou autorização utilizando-os estritamente dentro dos limites estipulados, de modo a preservar inteiramente o município de qualquer responsabilidade.
x) Conduzir a execução do objeto com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Águas Frias
Departamento de Compras

CNPJ: 95.990.180/0001-02
Rua Sete de Setembro, 512 – Centro
Águas Frias – SC, CEP 89.843-000
Fone/Fax (49) 3332-0019

w) A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos diversos (trabalhistas, previdenciários, sociais, civis, penais, decorrentes de acidentes de trabalho, etc) estabelecidos neste contrato, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com a CONTRATANTE;

11.2 - São obrigações da CONTRATANTE:

a) Aplicar as penalidades cabíveis, nas situações previstas no edital;
b) Fiscalizar a realização dos serviços, bem como requisitar, quando necessário, a promoção de medidas para a regularidade da prestação do serviço;
c) Rejeitar, no todo ou em parte a prestação dos serviços caso está não apresente resultados satisfatórios ou conforme as obrigações assumidas pela Contratada;
d) Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade, e sobre as irregularidades observadas no cumprimento do Contrato;
e) A Administração se reserva o direito de suspender a prestação dos serviços em desacordo com o pactuado entre as partes.
f) Efetuar o pagamento da contratada em até 30 dias após a apresentação da nota fiscal

11.3 - O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações (art. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021):

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato:
II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - Dar causa à inexecução total do contrato;
IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Águas Frias
Departamento de Compras

CNPJ: 95.990.180/0001-02
Rua Sete de Setembro, 512 – Centro
Águas Frias – SC, CEP 89.843-000
Fone/Fax (49) 3332-0019

XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

11.3.1 Serão aplicadas as seguintes sanções às penalidades acima indicadas:

I-	Advertência (art. 156, § 2º).	I Obs. 1: Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).
II	Multa de 10%	Qualquer infração (art. 156, § 3º).
III	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Águas Frias, pelo prazo máximo de 3 (três) anos (art. 156, § 4º).	II III IV V VI VII Obs. 1: Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave. Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º
IV	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, § 5º)	VIII IX X XI XII Obs. 1: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).

11.3.2 - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º da Lei nº 14.133/2021):
I - A natureza e a gravidade da infração cometida;
II - As peculiaridades do caso concreto;
III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Águas Frias
Departamento de Compras

CNPJ: 95.990.180/0001-02
Rua Sete de Setembro, 512 – Centro
Águas Frias – SC, CEP 89.843-000
Fone/Fax (49) 3332-0019

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.3.3 - Para aplicação das sanções (arts. 156, § 6º, I, 157 e 158 da Lei nº 14.133/2021):

I - Inciso II do item 11.3: será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

II - Incisos III e IV do item 11.3:

a) Instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;

b) O licitante ou o contratado será intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

c) Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;

d) Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas;

e) A sanção prevista no inciso IV do item 11.3.1 será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva de secretário municipal (art. 156, § 6º, I da Lei nº 14.133/2021);

f) A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração Pública Municipal, e será:

i) Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere este item;

ii) Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;

iii) Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

11.4 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração Pública Municipal ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º da Lei nº 14.133/2021).

11.5 - A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal (art. 156, § 9º da Lei nº 14.133/2021).

11.6 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133/2021).

11.7 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Águas Frias
Departamento de Compras

CNPJ: 95.990.180/0001-02
Rua Sete de Setembro, 512 – Centro
Águas Frias – SC, CEP 89.843-000
Fone/Fax (49) 3332-0019

serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133/2021).

11.8. - A Administração Pública Municipal, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133/2021).

11.9 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista no inciso II do item 11.3.1 (art. 162 da Lei nº 14.133/2021).

11.10 - A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 (art. 162, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

11.11 - É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante o Município de Águas Frias, exigidos, cumulativamente (art. 163 da Lei nº 14.133/2021).

I - Reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal;

II - Pagamento da multa;

III - Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

11.12 - A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII (Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato) e XII (Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013) do caput do item 11.3 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável (art. 163, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO, OBSERVADOS OS REQUISITOS DEFINIDOS EM REGULAMENTO (ART. 92, XVIII)

12.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Águas Frias
Departamento de Compras

CNPJ: 95.990.180/0001-02
Rua Sete de Setembro, 512 – Centro
Águas Frias – SC, CEP 89.843-000
Fone/Fax (49) 3332-0019

12.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

12.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

12.5.O gestor do contrato Sr. Dionei da Rosa nomeado pelo Decreto nº92/2023 assumirá as funções descritas no Art. 9 do Decreto Municipal 258/2022.

12.6. O município de Águas Frias realizará a fiscalização do contrato através da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento não será necessário nenhum tipo de capacitação de servidores para o desempenho da fiscalização dos serviços.

12.7. Os pagamentos serão efetuados através de créditos em conta bancária ou diretamente ao credor, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo setor competente de fiscalização do contrato.

12.8 - Os serviços prestados serão acompanhados pelo(a) fiscal do contrato Sr(a). Wanderlei Cardozo da Silva assumirá as funções descritas no Art. 10 do Decreto Municipal 258/2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CASOS DE EXTINÇÃO (ART. 92, XIX)

13.1 - Constituirão motivos para extinção do contrato, devendo ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações (art. 136, caput da Lei nº 14.133/2021):

a) Não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
b) Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
c) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
d) Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento da CONTRATADA;
e) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
f) Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
g) Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Águas Frias
Departamento de Compras

CNPJ: 95.990.180/0001-02
Rua Sete de Setembro, 512 – Centro
Águas Frias – SC, CEP 89.843-000
Fone/Fax (49) 3332-0019

h) Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão;
i) Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

13.2 - As hipóteses de extinção a que se referem as letras "b", "c" e "d" do item anterior observarão as seguintes disposições (art. 136, § 3° da Lei n° 14.133/2021):

a) Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que a CONTRATADA tenha praticado, d qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

b) Assegurarão à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei n° 14.133/2021.

13.3 - A CONTRATADA terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses (art. 136, § 2° da Lei n° 14.133/2021):

a) Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei n° 14.133/2021;

b) Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

c) Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações - mobilizações e outras previstas;

d) Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

e) Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

3.4 - A extinção do contrato poderá ser (art. 138 da Lei n° 14.133/2021):

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Águas Frias
Departamento de Compras

CNPJ: 95.990.180/0001-02
Rua Sete de Setembro, 512 – Centro
Águas Frias – SC, CEP 89.843-000
Fone/Fax (49) 3332-0019

a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

b) Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

c) Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

13.5 - A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

13.6 - Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, a CONTRATADA será ressarcida pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

a) Devolução da garantia;
b) Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
c) Pagamento do custo da desmobilização.

13.7 - A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, as seguintes consequências (art. 139 da Lei nº 14.133/2021):

a) Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
b) Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
c) Execução da garantia contratual para:
i) Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
ii) Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
iii) Pagamento das multas devidas à Administração Pública;
iv) Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
d) Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

13.8 - A aplicação das medidas previstas nas letras "a" e "b" do item anterior ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

13.9 - Na hipótese da letra "b", o ato deverá ser precedido de autorização expressa do secretário municipal competente.

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Águas Frias
Departamento de Compras

CNPJ: 95.990.180/0001-02
Rua Sete de Setembro, 512 – Centro
Águas Frias – SC, CEP 89.843-000
Fone/Fax (49) 3332-0019

13.10 - Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021 serão notificados pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 136, § 4º da Lei nº 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para constituição de qualquer vínculo empregatício de prepostos ou empregados da CONTRATADA com o CONTRATANTE.

14.2 - Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto do presente contrato, sem o consentimen prévio do CONTRATANTE, mediante acordo escrito, obedecidos os limites legais permitidos.

14.3 - Qualquer comunicação entre as partes em relação a este contrato, será formalizada por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário.

14.4 - Os casos omissos a este contrato serão resolvidos de acordo com o que dispõe a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

14.5 – A CONTRATADA fica obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na dispensa de licitação.

14.6 - A CONTRATADA fica obrigada a cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da previdência social e para aprendiz. (art. 92, XVII)

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

15.1. Em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o CONTRATANTE, para a execução do objeto deste contrato, poderá, quando necessário, ter acesso aos dados pessoais dos representantes da CONTRATADA.

15.2. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
O tratamento seja limitado para o alcance das finalidades do objeto contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Águas Frias
Departamento de Compras

CNPJ: 95.990.180/0001-02
Rua Sete de Setembro, 512 – Centro
Águas Frias – SC, CEP 89.843-000
Fone/Fax (49) 3332-0019

determinação de legislação municipal, judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD;

Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria execução do objeto, esta será realizada após prévia aprovação CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão.

Eventualmente, podem as partes convencionar que o CONTRATANTE será responsável por obter o consentimento dos titulares;

Quando houver coleta e armazenamento de dados pessoais, a prática utilizada e os sistemas utilizados que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, devem seguir um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado.

Quando for o caso, os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle de acesso baseado em função e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir, inclusive, a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

15.3. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação. As partes deverão, nos termos deste instrumento, cumprir com suas respectivas obrigações que lhes forem impostas de acordo com regulamentos e leis aplicáveis à proteção de dados pessoais, incluindo, sem prejuízo da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

15.4. Os dados pessoais não poderão ser revelados, transferidos, compartilhados, comunicados ou de qualquer outra forma facultar acesso, no todo ou em parte, a terceiros, mesmo de forma agregada ou anonimizada, com exceção da prévia autorização por escrito da CONTRATANTE, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas informações.

15.5. No caso de haver transferência internacional de dados pessoais pela CONTRATADA, aplicam-se as regras previstas no Decreto Municipal nº 227/2021, que regulamenta a Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

15.6. A CONTRATADA oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança administrativas, organizativas, técnicas e físicas apropriadas para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais e as especificará formalmente ao CONTRATANTE, não compartilhando dados que lhe sejam remetidos com terceiros.

15.7. A CONTRATADA deverá utilizar medidas com nível de segurança adequadas em relação aos riscos, para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental ou indevida, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados, nomeadamente quando o tratamento implicar a sua transmissão eletrônica, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação.

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Águas Frias
Departamento de Compras

CNPJ: 95.990.180/0001-02
Rua Sete de Setembro, 512 – Centro
Águas Frias – SC, CEP 89.843-000
Fone/Fax (49) 3332-0019

15.8. As partes zelarão pelo cumprimento das medidas de segurança.

15.9. A CONTRATADA deverá acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização). O eventual acesso às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio, implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, por prazo indeterminado.

15.10. A CONTRATADA deverá garantir, por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade dos dados processados. Deverá assegurar que todos os seus colaboradores, citados acima, que lidam com os dados pessoais sob responsabilidade da CONTRATANTE, assinaram Acordo de Confidencialidade com a CONTRATADA.

15.10.1. Ainda a CONTRATADA treinará e orientará a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados, assim fornecendo conhecimento formal sobre as obrigações e condições acordadas neste contrato, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE.

15.11. As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Órgãos de controle administrativo.

15.12. Uma parte deverá informar à outra, sempre que receber uma solicitação de um Titular de Dados, a respeito de dados pessoais da outra parte, abstendo-se de responder qualquer solicitação, exceto nas instruções documentadas ou conforme exigido pela Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

15.13. O Encarregado da CONTRATADA manterá contato formal com o Encarregado do CONTRATANTE, e fica obrigado a notificar ao CONTRATANTE no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da ciência da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação aos dados pessoais de que venha a ter conhecimento (ainda que suspeito), qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), devendo a parte responsável, em até 10 (dez) dias corridos, tomar as medidas necessárias.

15.14. A critério do Encarregado de Dados do CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

15.15. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do determinado pelo CONTRATANTE, eliminará completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Águas Frias
Departamento de Compras

CNPJ: 95.990.180/0001-02
Rua Sete de Setembro, 512 – Centro
Águas Frias – SC, CEP 89.843-000
Fone/Fax (49) 3332-0019

quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

15.15.1. Ainda que encerrada vigência deste instrumento, os deveres previstos nas presentes cláusulas devem ser observados pelas partes, por prazo indeterminado, sob pena de responsabilização.

16. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

15.16.1. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à CONTRATANTE e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela CONTRATADA de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: PUBLICAÇÃO

16.1. Este contrato será publicado no prazo máximo de 20 (dez) dias úteis a contar da assinatura das partes (art. 94, I da Lei nº 14.133/2021).

16.2. Para fins de garantir a ampla publicidade, este contrato e/ou seu extrato será divulgado:
Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, a partir da adoção pelo Município (art. 176, III c/c p. ú. da Lei nº 14.133/2021);
Página do Município de Águas Frias (www.aguasfrias.sc.gov.br);
Diário Oficial dos Municípios – DOM (art. 176, p. ú., I da Lei nº 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Toda e qualquer comunicação entre a administração pública e licitante/contratado poderão ser feitas por e-mail e/ou whatsapp, inclusive as que dizem respeito à execução, extinção do contrato e aplicação de penalidades;

17.2. Fica o licitante/contratado obrigado a fornecer e manter atualizado até final do contrato, um endereço de e-mail e de whatsapp para as comunicações formais mencionadas no item anterior;

17.3. Serão reputadas válidas as intimações, notificações e qualquer outras comunicações enviadas ao endereço de e-mail ou whatsapp informados pelo licitante/contratado, independentemente de confirmação de recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA : FORO (art. 92, § 1º)

18.1 - Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Águas Frias
Departamento de Compras

CNPJ: 95.990.180/0001-02
Rua Sete de Setembro, 512 – Centro
Águas Frias – SC, CEP 89.843-000
Fone/Fax (49) 3332-0019

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Águas Frias -SC, 03 de março de 2026

WESLEY TERRIBILE:10338619950

Assinado de forma digital por WESLEY TERRIBILE:10338619950
Dados: 2026.03.03 11:15:19 -03'00'

WESLEY TERRIBILE
PREFEITO

CELSO CURIONI:15005174000114

Assinado de forma digital por CELSO CURIONI:15005174000114
Dados: 2026.03.03 14:19:31 -03'00'

CELSO CURIONI
REPRESENTANTE LEGAL

Testemunhas:

gov.br Documento assinado digitalmente
CRISTIANE ROTTAVA BUSATTO
Data: 03/03/2026 13:11:39-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

1) Cristiane Rottava Busatto
CPF: 037.197.419-40

gov.br Documento assinado digitalmente
ANA PAULA TEIXEIRA
Data: 03/03/2026 13:20:22-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

2) Ana Paula Teixeira
CPF: 094.682.639-08

gov.br Documento assinado digitalmente
JHONAS PEZZINI
Data: 03/03/2026 11:26:35-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

JHONAS PEZZINI
OAB/SC 33678

CONTRATO Nº 39/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 09/2026

PROCESSO LICITATÓRIO 45/2026

Termo de contrato que entre si fazem o **Município de Santa Terezinha do Progresso** e a empresa **THOTH CURSOS E PALESTRAS LTDA**, tendo como objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A REALIZAÇÃO DE PALESTRAS SHOW, NO PERÍODO MATUTINO E VESPERTINO, PARA ADOLESCENTES DE 12 À 17 ANOS. A PALESTRA SERÁ DE CONSCIENTIZAÇÃO AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Pelo presente termo de contrato, de um lado o **Município de Santa Terezinha do Progresso**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 01.612847/0001-90, com sede na Av Tancredo Neves, 337, Centro neste ato representado por seu prefeito Municipal **Sr. Eliseu Alves da Silca**, CPF nº 045.776.***-**, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa **THOTH CURSOS E PALESTRAS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 17.514.314/0001-05, com sede na Rua Rio de Janeiro, 744, sala 11, bairro Presidente Medici, Chapecó – SC, CEP nº 89.801-211, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente contrato em conformidade com o Art. 74, Inciso II da Lei 14.133/21 e mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a aquisição dos itens abaixo:

Item	Qua.	Und.	Especificação dos Itens	Unit. R$	Total 12 meses R$
1	01	Palestra	Prestação de serviços para realização de duas palestras show– dia 18 de maio "Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes".	R$ 4.990,00	R$ 4.990,00
Total anual					R$ 4.990,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

O valor para o presente contrato será de **R$ 4.990,00 (Quatro mil, novecentos e noventa reais).**

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, mediante apresentação da Nota Fiscal de

Prestação de Serviço junto à Secretaria da Administração, e comprovação da entrega dos itens.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DO FISCAL

O contrato entrará em vigor na sua assinartua e terá duração de até dia 30/06/2026.

O contrato poderá ser aditado ou prorrogado de acordo com a conveniência da Administração Pública, observados os dispositivos da Lei Federal nº 14.133/2021 e outras legislações pertinentes.

O Contrato será acompanhado e fiscalizado pela Sra. **Andreia F. E. Scherer**.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária a seguir:

Despesa	Recurso	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa
114	1500	2049 - Manutenção das Atividades do Fia	3390399 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA SEXTA - CASOS DE RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

a) Por lentidão ou atraso na entrega dos materiais.

b) Por paralisação no fornecimento dos materiais sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III- dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do contrato sem

motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 1º Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 2º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO COMPETENTE

As partes elegem o Foro da Comarca de Maravilha - SC para dirimir eventuais dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Inteiramente de acordo com as cláusulas acima estipuladas, as partes firmam o presente contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante 2 testemunhas, para todos os fins legais.

Santa Terezinha do Progresso – SC, 22 de abril de 2026.

ELISEU ALVES DA SILVA:04577672944
Assinado de forma digital por ELISEU ALVES DA SILVA:04577672944
Dados: 2026.04.22 14:12:53 -03'00'

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO
ELISEU ALVES DA SILVA
CONTRATANTE

THOTH CURSOS E PALESTRAS LTDA:17514314000105
Assinado de forma digital por THOTH CURSOS E PALESTRAS LTDA:17514314000105
Dados: 2026.04.23 11:41:48 -03'00'

THOTH CURSOS E PALESTRAS LTDA
CONTRATADO

Testemunhas:

gov.br Documento assinado digitalmente
EVERTON FERNANDE LEVINALLI
Data: 23/04/2026 13:05:58-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

gov.br Documento assinado digitalmente
CLEUSA DE SOUZA CAMPOS
Data: 23/04/2026 13:03:16-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 63/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 20/2026

CONTRATO Nº 45/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DESCANSO, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Marechal Deodoro nº 146, nesta cidade de Descanso - SC, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.026.138/0001-97, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **Sr. JULIANO JUNIOR KASPER,** brasileiro, residente e domiciliado na Linha Campinas, interior do Município de Descanso – SC.

CONTRATADA: JOÃO MARIA DA ROSA PALESTRAS, pessoa jurídica, com sede à Rua Luiz Caldato, nº 448, no Município de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 62.726.761/0001-29, têm entre si justo e acordado celebrar o presente Instrumento de Contrato, devidamente autorizado, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objeto do presente contrato é a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA REALIZAÇÃO DE PALESTRA PARA COM O TEMA: PALESTRA SHOW COMBATE A VIOLENCIA SEXUAL DE CRIANÇA E ADOLESCENTES, COM PREVISÃO DE REALIZAÇÃO PARA O DIA 12 DE MAIO, COM PREVISÃO DE REALIZAÇÃO PARA OS TURNOS DE MANHÃ E TARDE:

ITEM	DESCRIÇÃO	R$ UNI
01	PALESTRA SHOW COMBATE A VIOLENCIA SEXUAL DE CRIANÇA E ADOLESCENTES, COM PREVISÃO DE REALIZAÇÃO EM DOIS TURNOS, COM TEMAS RELACIONADOS AO OBJETO, COM FORNECIMENTO DE ESTRUTURA, PARA O PUBLICO ALVO – CRIANÇAS E ADOLESCENTES	R$ 6.950,00

1.2. Integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, no edital e justificativa da licitação, Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA, eventuais anexos dos documentos supracitados, ambos constantes deste Processo de Licitação.
1.3. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.
1.4. Serão consideradas inclusas todas as despesas concernentes à execução dos serviços, como deslocamento da equipe até o local, encargos sociais, ferramental, equipamentos, transporte, translado dos materiais a serem utilizados, assistência técnica, benefícios, despesas indiretas, tributos e quaisquer outras incidências, não sendo permitido qualquer cobrança extra da contrata.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO E DO PAGAMENTO

2.1 O contratante pagará a contratada o **valor de R$ 6.950,00** (seis mil novecentos e cinquenta reais) referente a prestação da palestra, conforme tabela e descrição prevista na clausula primeira no item 1.1.
2.2. No valor estão inclusas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da prestação do serviço, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
2.3. **O valor da contratação será pago pelo município após a realização da palestra prevista para o dia 12 de maio de 2026.**
2.4. O pagamento pela confecção do material, objeto deste edital, será apresentação da respectiva Nota Fiscal, para execução dos processos administrativos e contábeis, até o efetivo pagamento, considerando

Assinado digitalmente por MARCOS BALDO, Lais Paula Trevizan, NUBIA MIOTTO SOARES LEITE, Felipe Jose Ternus e mais 1. Verifique autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 6Q1-46J-WEK-EON.

estar em consonância com os estágios da despesa, previstos na Lei n. 4.320/64, de forma expressa, portanto, neste instrumento convocatório.
2.4.1. A nota fiscal que eventualmente for apresentada com erros ou inconsistências será devolvida à CONTRATADA para retificação e reapresentação no prazo de 5 (cinco) dias que se passarem entre a data de devolução e a de sua reapresentação.
2.5. Não serão efetuados pagamentos antecipados tendo em vista a consonância com os estágios da despesa, previstos na Lei n. 4.320/64.
2.6. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.
2.7. A CONTRATANTE somente atestará a execução dos serviços e liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO
3.1. O presente instrumento terá vigência até **12 de junho de 2026**, podendo ser prorrogado na forma do art. 105 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21.
3.2. Encerrada sua vigência, a extinção do contrato operar-se-á de pleno direito. Extinto o contrato em decorrência do decurso do prazo de vigência nele estabelecido não pode, em hipótese alguma, ser objeto de prorrogação.
3.3. Eventual prorrogação, nas hipóteses admitidas em lei, deve ser promovida antes do término da vigência da avença original, por meio de termo aditivo, sob pena de nulidade do ato.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTAMENTO E DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
4.1. O preço ora contratado não sofrerá reajuste;

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
5.1. O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendida decorrerá da dotação orçamentária própria, para o exercício 2026:

136 – 10.003.08.243.0008.2.060.2.759.7003.0684 – FIA – IMPOSTO DE RENDA - SUPERÁVIT

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
6.1. São obrigações da Contratada
- O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- Executar o objeto conforme especificações deste Edital e de sua proposta;
- Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
-Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- Não contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações

Assinado digitalmente por MARCOS BALDO, Lais Paula Trevizan, NUBIA MIOTTO SOARES LEITE, Felipe Jose Ternus e mais 1. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 6Q1-46J-WEK-EON.

trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

- Comunicar ao Município, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal que atrase a entrega do objeto;

- Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, aos documentos relativos à execução do serviço;

- Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

- Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

- Fornecer mão-de-obra profissional qualificada e habilitada;

- Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

- Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

- Assinar o contrato no prazo de até 05 dias úteis da notificação por parte da Administração, sob pena de decair o direito à contratação e submeter-se às cominações da Lei.

- Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação nesta contratação direta;

- Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

- Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

- Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante

- Não transferir a outra empresa, o objeto da contratação, sem previa e expressa anuência da CONTRATANTE

- Prestar os serviços do contrato dentro dos prazos dispostos, no local e quantidade, especificadas

- Arcar com todas as despesas referentes aos encargos trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução dos serviços objeto da contratação.

-Providenciar o credenciamento de outros estabelecimentos, caso ocorra a alteração da rede conveniada, de forma a garantir o padrão de qualidade e atendimento, em número suficiente de estabelecimentos, durante todo o Contrato, inclusive quando solicitado pelo Poder Público Municipal, se constatadas irregularidades no estabelecimento conveniado.

- Deverá dispor de todos os equipamentos ou materiais necessários para o atendimento;

- Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas com encargos fiscais, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários, todos os tributos incidentes e demais encargos, inclusive benefícios, taxa de administração e lucro, ou seja, todos os custos diretos e indiretos, mesmo os não especificados, necessários ao perfeito fornecimento dos serviços pela contratada;

- Prestar os serviços em estrita conformidade com as disposições e especificações do presente Termo de referência, Proposta de Preços, Contrato e demais instrumentos apresentados e nas demais legislações aplicáveis à natureza do serviço contratado;

- Assumir a responsabilidade de ordem administrativa, cível e penal, por atos ou omissões que causem danos à Administração ou a terceiros, seja por culpa ou dolo, resultante do fornecimento do objeto desta licitação;

Assinado digitalmente por MARCOS BALDO, Lais Paula Trevizan, NUBIA MIOTTO SOARES LEITE, Felipe Jose Ternus e mais 1. Verifique autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 6Q1-46J-WEK-EON.

- Manter, durante toda a execução do presente objeto, compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

-Comunicar por escrito à contratante qualquer problema ocorrido na execução do objeto do contrato;

-Atender aos chamados da contratante, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto do contrato;

-Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo fiscal do contrato, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

-Promover, com a presença de representante da contratante, a verificação do fornecimento efetuado, confirmando que os serviços foram prestados adequadamente, conforme previsão contratual;

-Adotar as providências necessárias para assegurar a satisfatória execução do Contrato e os fins a que se destina;

- As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

CLÁUSULA SETIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. São obrigações do contratante:

- Além das obrigações e condições estabelecidas neste contrato, no termo de referência e no edital o CONTRATANTE obriga-se:

- Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados;

- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas;

- Notificar a Contratada sobre qualquer irregularidade encontrada na execução do objeto;

- Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

- Prestar à Contratada, em tempo hábil, as informações e os esclarecimentos eventualmente necessários à prestação dos serviços;

- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

- As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

8.1. O contrato celebrado poderá ser rescindido a qualquer momento, nos termos dos Art. 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/21 e suas sucessivas alterações posteriores, sem direito a qualquer indenização.

8.2. Formalizada a rescisão, que vigorará a partir da data de sua comunicação à contratada, esta entregará a documentação correspondente aos serviços executados que, se aceitos pela Fiscalização, serão pagos pelo CONTRATANTE, deduzidos os débitos existentes.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

Assinado digitalmente por MARCOS BALDO, Lais Paula Trevizan, NUBIA MIOTTO SOARES LEITE, Felipe Jose Ternus e mais 1. Verifique autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 6Q1-46J-WEK-EON.

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

I) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
IV) Multa:
IV.1 Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
(a) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
IV.2 Compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º);
Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).
Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)
Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).
Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Assinado digitalmente por MARCOS BALDO, Lais Paula Trevizan, NUBIA MIOTTO SOARES LEITE, Felipe Jose Ternus e mais 1. Verifique autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 6Q1-46J-WEK-EON.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art.159)

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CESSÃO

10.1. A Contratada não poderá ceder ou transferir o contrato sem a autorização expressa da Contratante, exceto nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

11.1. O presente contrato é regido pela Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 2660/2024.

11.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 14.133/21, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO

12.1. O MUNICÍPIO DE DESCANSO designa como Gestora deste Contrato, Lais Paula Trevizan, conforme portaria Nº 21492/2025 para o acompanhamento formal nos aspectos administrativos, procedimentais e contábeis, para acompanhar o presente contato em conformidade com as disposições no contrato e no edital, em atendimento ao Art. 117 da Lei Federal Nº 14.133/2021 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Descanso/SC, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Descanso – SC, 04 de maio de 2026.

Assinado digitalmente por MARCOS BALDO, Lais Paula Trevizan, NUBIA MIOTTO SOARES LEITE, Felipe Jose Ternus e mais 1. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 6Q1-46J-WEK-EON.

MARCOS BALDO
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

JOÃO MARIA DA ROSA PALESTRAS
REPRESENTANTE DA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF:

DECLARO QUE SOU GESTORA DO PRESENTE CONTRATO, DE CONFORMIDADE A PORTARIA 21492/2025 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2025, RECEBI UMA CÓPIA E ESTOU INCUMBIDO DE FISCALIZAR E GERIR O CUMPRIMENTO DESTE.

NOME:
CPF:

VISTO E APROVADO PELA PROCURADORIA

LAIS PAULA TREVIZAN
GESTORA DE CONTRATOS

ANA FLÁVIA MOREIRA
PROCURADORA DO MUNICÍPIO
OAB/SC 50.006

Assinado digitalmente por MARCOS BALDO, Lais Paula Trevizan, NUBIA MIOTTO SOARES LEITE, Felipe Jose Ternus e mais 1. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código 6Q1-46J-WEK-EON.

B | NoPaper

Data de criação do documento: 04/05/2026 às 16:26:26

Assinantes

✓ MARCOS BALDO

Assinou em 04/05/2026 às 16:26:36 com Certificado Digital Qualificado, emitido em nome de MARCOS BALDO com o CPF ***.926.409-**, nos termos do § 1° do art. 10 da Medida Provisória n° 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Eu, MARCOS BALDO, estou ciente das normas descritas na Lei n° 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

✓ Lais Paula Trevizan

Assinou em 04/05/2026 às 16:26:51 com Certificado Digital Qualificado, emitido em nome de LAIS PAULA TREVIZAN com o CPF ***.989.129-**, nos termos do § 1° do art. 10 da Medida Provisória n° 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Eu, Lais Paula Trevizan, estou ciente das normas descritas na Lei n° 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

✓ NUBIA MIOTTO SOARES LEITE

Assinou em 04/05/2026 às 16:26:57 com Certificado Digital Qualificado, emitido em nome de NUBIA MARA MIOTTO SOARES LEITE com o CPF ***.786.909-**, nos termos do § 1° do art. 10 da Medida Provisória n° 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Eu, NUBIA MIOTTO SOARES LEITE, estou ciente das normas descritas na Lei n° 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

✓ Felipe Jose Ternus

Assinou em 04/05/2026 às 16:33:51 com Certificado Digital Qualificado, emitido em nome de FELIPE JOSE TERNUS com o CPF ***.788.909-**, nos termos do § 1° do art. 10 da Medida Provisória n° 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Eu, Felipe Jose Ternus, estou ciente das normas descritas na Lei n° 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

✓ ANA FLAVIA MOREIRA

Assinou em 04/05/2026 às 16:34:03 com o certificado avançado da Betha Sistemas e possui a identidade verificada com o CPF ***.142.169-**

Eu, ANA FLAVIA MOREIRA, estou ciente das normas descritas na Lei n° 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento

Documento assinado digitalmente.
Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

6Q1 46J WEK EON

PROPOSTA Nº 17/2026
MUNICÍPIO DE PIÊN/ 2026

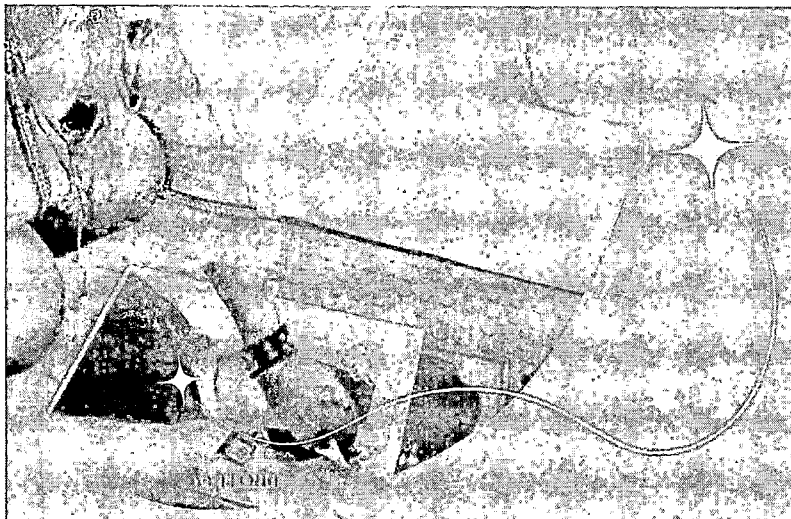
59



"MAIO LARANJA: O MACHISMO E A MISOGINIA COMO CAUSAS DA VIOLÊNCIA SEXUAL"

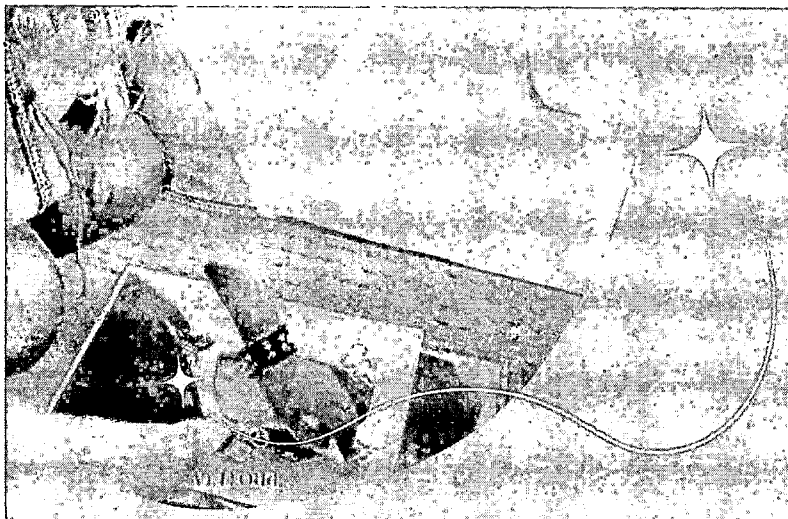
2026

COLETIVO GAIA PRISMA
Abril /2026



SOBRE NÓS

A proposta inicial, lançada há 12 anos, era a de que cada uma das técnicas continuasse prestando serviços a escritórios contratantes; porém sentimos a necessidade também de um funcionamento específico, documental e com a nossa roupagem. Partimos então para um novo começo. Nossa convivência, interesses profissionais e artísticos, vontade de trabalhar em conjunto, ter idéias e tocar projetos mirabolantes nos contaminou desde o início. Nasce no segundo semestre de 2023, o COLETIVO GAIA PRISMA sem pretensões ou discursos, uma força coletiva, que idealiza ser reconhecida no mercado como "grife" prestadora de serviços. O Coletivo Gaia reúne duas profissionais múltiplas, e quando necessário buscamos oficineiros com perfis diversos, como montadores de cinema, desenhista de som, cenógrafo, artistas plásticos, diretores de arte, designers gráficos, entre outras especialidades. Músicos, DJs, grafiteiros, fotógrafos, agitadores culturais, etc. O Coletivo Gaia Prisma é uma organização autogerida, descentralizada, flexível e situacional. Essa é a nossa grande novidade, e nosso ponto final. Das Políticas Públicas aos ideais de possibilidades melhores para todos. Nossa construção não é fixa. É móvel. Um artista pode pertencer a um coletivo em função de um projeto e no projeto seguinte juntar-se a outro coletivo; o que é significativo é a construção.



COLETIVO GAIA PRISMA

O Coletivo Gaia Prisma foi fundado em 15 de dezembro de 2023. Desde então, temos vivenciado dois anos repletos de construções e aprendizados.

Sempre considerando os âmbitos da Assistência Social, Saúde e Educação; Agregando conhecimentos teóricos, técnicos, vivenciais e culturais.

Criando e estabelecendo ambientes colaborativos, como Oficinas, Rodas de Conversa, Palestras, Aulas, Capacitações, Supervisões, entre outros.



O PROJETO

NOSSO FOCO PRINCIPAL:

AÇÕES HUMANIZADAS!



Atrair, envolver e informar.

Impacto Social:

Ação transformadora:

#Alternativas;

#Possibilidades.

PROPOSTA DE PLANEJAMENTO: CICLO DE 12 PALESTRAS - MAIO LARANJA

- 1. Objetivo Geral

- Promover a conscientização sobre as diversas formas de violência de gênero, com foco na prevenção, identificação e enfrentamento da misoginia e do machismo, especialmente no ambiente digital, fortalecendo atitudes de respeito e equidade entre meninas e meninos.
- Considerando prioritariamente a violência sexual.

- 2. Público-Alvo

- Estudantes, educadores, famílias e profissionais da rede de proteção social (CRAS, escolas, saúde, conselhos tutelares).

PROPOSTA DE PLANEJAMENTO: CICLO DE 12 PALESTRAS - MAIO LARANJA

- 3. Justificativa

- O movimento **Maio Laranja** tem como objetivo conscientizar a sociedade sobre o combate ao abuso e à exploração sexual, especialmente de crianças e adolescentes. No entanto, para compreender e enfrentar de forma efetiva essa problemática, é fundamental analisar suas causas estruturais, entre as quais se destacam o **machismo** e a **misoginia**.
- O machismo, enquanto sistema de crenças e práticas que privilegia o masculino em detrimento do feminino, sustenta relações de poder desiguais e naturaliza comportamentos de dominação e controle sobre os corpos e as vontades das mulheres. A misoginia, por sua vez, manifesta-se como o ódio, desprezo ou desvalorização do feminino, reforçando estereótipos e legitimando a violência como forma de reafirmação da masculinidade.
- Essas estruturas culturais e sociais criam um ambiente propício para a **violência sexual**, pois desumanizam as vítimas e banalizam o consentimento. A objetificação do corpo feminino, a culpabilização das vítimas e a impunidade dos agressores são expressões diretas desse sistema de opressão. Assim, discutir o machismo e a misoginia como causas da violência sexual é essencial para promover uma mudança cultural que valorize o respeito, a igualdade e a dignidade humana.

PROPOSTA DE PLANEJAMENTO: CICLO DE 12 PALESTRAS - MAIO LARANJA

- 3. Justificativa (continuação):

- A proposta de abordar o tema **"O Machismo e a Misoginia como Causas da Violência Sexual"** no contexto do Maio Laranja busca, portanto, **estimular a reflexão crítica, fortalecer ações educativas** e **mobilizar a sociedade** para a desconstrução de padrões que perpetuam a violência. Somente por meio da conscientização e da transformação das mentalidades será possível construir uma cultura de proteção, empatia e justiça social.

4. Estrutura das Palestras

Serão realizadas **12 palestras**, com duração de **45 minutos a 1 hora** cada, abordando os seguintes temas:

1. **Introdução ao Maio Laranja:** significado, objetivos e importância da campanha.
2. **Compreendendo o machismo:** origens, manifestações e impactos sociais.
3. **O que é misoginia:** conceito, exemplos e consequências.
4. **Diferenças entre machismo e misoginia:** como se relacionam e se diferenciam.
5. **Misoginia digital:** redes sociais e a normalização do ódio às mulheres.
6. **Grupos Red Pill e cultura do ódio:** como influenciam meninos e jovens.
7. **Piadas e conteúdos misóginos:** como banalizam a violência de gênero.
8. **A lei que criminaliza a misoginia:** direitos e mecanismos de denúncia.
9. **Autoproteção e empoderamento feminino:** estratégias para meninas e mulheres.
10. **Responsabilidade nas redes sociais:** não compartilhar, denunciar e educar.
11. **Reflexão crítica:** por que conteúdos misóginos diminuem as mulheres?
12. **Síntese e compromisso coletivo:** o papel de cada um no combate à violência.

5. Metodologia
- Exposição dialogada com recursos audiovisuais.
- Exibição de vídeos curtos e análise de casos reais.

6. Resultados Esperados
- Maior compreensão sobre as causas e consequências da misoginia e do machismo.
- Fortalecimento da cultura de respeito e igualdade de gênero.
- Engajamento de jovens e educadores na prevenção da violência.
- Ampliação das denúncias e do apoio às vítimas.

7. Avaliação

A avaliação será penada de uma forma a ser rápida e reflexiva.

8. Recursos Necessários
- Espaço físico com equipamentos multimídia.
- Materiais de apoio (cartazes, slides, vídeos).
- Palestrantes: Adriana e Grazielle

9. Cronograma

As palestras serão realizadas nos dias 18 e 19 do mês de maio, conforme disponibilidade das instituições parceiras:



10. Considerações Finais

O ciclo de palestras do Maio Laranja busca não apenas informar, mas transformar mentalidades. Ao compreender e enfrentar a misoginia e o machismo, é possível construir ambientes mais seguros, igualitários e livres de violência para todas as pessoas.

Palestras:

18/05 -
3 palestras no Frederico manhã
2 palestras no Frederico tarde
1 palestra no Frederico noite

19/05 -
1 palestra no Frederico manhã
2 palestras no Alfredo manhã
1 palestra no Alfredo tarde
2 palestras no Alfredo noite

Observação:
Definir horários.



VALOR:

VALOR:

- R$ 9.300,00

- Valor total: R$ 9.300,00 (nove mil e trezentos reais), incluindo todas as despesas, como deslocamento, alimentação, hospedagem e demais custos relacionados.

Obs: Orçamento válido por 15 dias.

OBRIGADA!

"Maio Laranja nos lembra que cada voz levantada contra a violência ajuda a construir caminhos mais seguros para todas as mulheres."

Adriana e Grazielle Turbay

ENTRE EM CONTATO:

(41)99901-5348

@coletivogaiaprisma

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

72

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
53.213.890/0001-86 MATRIZ		15/12/2023

NOME EMPRESARIAL
GRAZIELLE S TURBAY ASSESSORIA E CURSOS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
COLETIVO GAIA PRISMA	ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
13.40-5-99 - Outros serviços de acabamento em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário
47.89-0-01 - Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos
58.11-5-00 - Edição de livros
70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica
82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas
85.92-9-01 - Ensino de dança
85.92-9-02 - Ensino de artes cênicas, exceto dança
85.93-7-00 - Ensino de idiomas
85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente
86.60-7-00 - Atividades de apoio à gestão de saúde
90.01-9-99 - Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
TV VIRGÍLIO GOMES PINHEIRO	31	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
81.520-320	GUABIROTUBA	CURITIBA	PR

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
PROCESSOS@ESCRITORIOIMPERIAL.COM.BR	(41) 3225-4430/ (0000) 0000-0000

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	15/12/2023

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **24/04/2026** às **15:59:43** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL GRAZIELLE S TURBAY ASSESSORIA E CURSOS LTDA

73

GRAZIELLE DA SILVA TURBAY, brasileira, solteira, nascida em 29/08/1976, empresária, portadora da carteira de identidade RG n° 6.046.811-7 – SSP PR e inscrita no CPF sob o nº 017.316.819-17, residente e domiciliada na Travessa Virgílio Gomes Pinheiro, nº 31, Guabirotuba, Curitiba/Pr., CEP: 81.520-320.

RESOLVE por este instrumento particular de contrato e na melhor forma de direito, constituir uma Sociedade Empresária Limitada Unipessoal, que se regerá pelos preceitos dos artigos 1.052 a 1.087 da Lei n° 10.406/2002, pelas demais disposições legais aplicáveis à espécie e pelas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO NOME EMPRESARIAL
A sociedade adotará como nome empresarial: **GRAZIELLE S TURBAY ASSESSORIA E CURSOS LTDA.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA SEDE
A sociedade tem sua sede e foro na Travessa Virgílio Gomes Pinheiro, nº 31, Guabirotuba, Curitiba/Pr., CEP: 81.520-320.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO SOCIAL
A sociedade terá por objeto social: Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial; Consultoria em gestão empresarial; Serviço de Palestras; Ensino de Aulas Particulares; Ensino de Idiomas; Ensino de Artes Cênicas; Ensino de Dança; Atividades de Apoio à Gestão de Saúde; Serviços de Organização de Feiras, Congressos, Exposições e Festas; Atividade de Organização e Promoção de Eventos Culturais.; Produção e Promoção de Espetáculos Artísticos e de Eventos Culturais; Edição de Livros em Geral; Comércio Varejista de Souvenirs, Bijuterias e Artesanatos; Serviços de Acabamento em Fios, Tecidos, Artefatos Têxteis e Peças do Vestuário

CNAE- 8599-6/04 TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL
CNAE - 7020-4/00 ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL, EXCETO CONSULTORIA TÉCNICA ESPECÍFICA
CNAE- 8592-9/01 ENSINO DE DANÇA
CNAE - 8593-7/00 ENSINO DE IDIOMAS
CNAE- 8592-9/02 ENSINO DE ARTES CÊNICAS, EXCETO DANÇA
CNAE - 9001-9/99 ARTES CÊNICAS, ESPETÁCULOS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
CNAE- 8660-7/00 ATIVIDADES DE APOIO À GESTÃO DE SAÚDE
CNAE - 5811-5/00 EDIÇÃO DE LIVROS
CNAE - 8599-6/99 OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
CNAE - 8230-0/01 SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS
CNAE - 9001-9/99 PRODUÇÃO, ORGANIZAÇÃO E PROMOÇÃO DE ESPETÁCULOS ARTÍSTICOS E EVENTOS CULTURAIS
CNAE - 4789-0/01 COMÉRCIO VAREJISTA DE SUVENIRES, BIJUTERIAS E ARTESANATOS
CNAE - 1340-5/99 OUTROS SERVIÇOS DE ACABAMENTO EM FIOS, TECIDOS, ARTEFATOS TÊXTEIS E PEÇAS DO VESTUÁRIO

CLÁUSULA QUARTA - DO INÍCIO DAS ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO
O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado e o início das operações sociais, para todos os efeitos, é a data de registro do Ato Constitutivo na Junta Comercial do Paraná.

CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL
GRAZIELLE S TURBAY ASSESSORIA E CURSOS LTDA

74

CLÁUSULA QUINTA - DO CAPITAL SOCIAL
O capital subscrito na importância de R$ 1.000,00 (hum mil reais), dividido em 1.000 (uma mil) cotas no valor de R$ 1,00 (um real) cada, integralizadas totalmente neste ato, em moeda corrente no país, assim subscritas:

SÓCIO	%	COTAS	VALOR
GRAZIELLE DA SILVA TURBAY	100	1.000	R$ 1.000,00
TOTAL	100	1.000	R$ 1.000,00

CLÁUSULA SEXTA – DA RESPONSABILIDADE
A responsabilidade da única sócia é restrita ao valor de suas quotas, não havendo responsabilidade solidária pelas obrigações sociais, respondendo, no entanto, pela integralização do capital social.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ADMINISTRAÇÃO
A administração da sociedade cabe a única sócia **GRAZIELLE DA SILVA TURBAY,** a quem compete praticar todos os atos pertinentes à gestão da sociedade com os poderes e atribuições de representá-la ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, perante órgãos públicos, instituições financeiras, entidades privadas e terceiros em geral, podendo assumir obrigações pela sociedade, abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, contratar e demitir pessoal, enfim praticar todos os atos necessários à consecução dos objetivos ou à defesa dos interesses e direitos da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial isoladamente.

§ 1°. É vedado o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor da quotista ou de terceiros.

§ 2°. Faculta-se a administradora, atuando isoladamente, constituir, em nome da sociedade, procuradores para período determinado, devendo o instrumento de mandato especificar os atos e operações a serem praticado.

CLÁUSULA OITAVA – DO EXERCÍCIO SOCIAL E BALANÇO PATRIMONIAL
Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, a administradora prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis requeridas pela legislação societária, elaboradas em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, participando a sócia dos lucros ou perdas apurados, na mesma proporção das quotas de capital que possui na sociedade.

CLÁUSULA NONA: Nos quatro meses seguintes do término do exercício social, a sócia deliberará sobre contas e designará administradores quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONSTITUIÇÃO DE FILIAL
A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou dependência, mediante alteração contratual assinada pela única sócia.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PRÓ-LABORE
A sócia poderá fixar uma retirada mensal, a título de PRÓ-LABORE, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESOLUÇÃO DAS QUOTAS DO SÓCIO ÚNICO EM RELAÇÃO À SOCIEDADE
Falecendo ou interditada a sócia, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes,

CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL
GRAZIELLE S TURBAY ASSESSORIA E CURSOS LTDA 75

o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE A Sociedade poderá ser dissolvida por iniciativa da única sócia, que, nessa hipótese, realizará diretamente a liquidação ou indicará um liquidante, ditando-lhe a forma de liquidação. Solvidas as dívidas e extintas as obrigações da Sociedade, o patrimônio remanescente será integralmente incorporado ao patrimônio da titular.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: - DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS
Os lucros que se verificarem no Balanço Geral será distribuído a sócia ou mantido como reserva.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: A sócia ajusta que os lucros auferidos pela sociedade poderão ser distribuídos de forma adiantada, no montante dos lucros verificados nos balancetes mensalmente apurados. Porém, em caso de apuração negativa no balanço do exercício social, fica a sócia obrigada a realizar a devolução proporcional dos valores recebidos e necessários para zerar o saldo negativo no prazo de 05 (cinco) dias após a apresentação do mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DE ADMINISTRADOR
A administradora declara sob as penas da lei que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PORTE EMPRESARIAL
A única sócia da sociedade limitada unipessoal, DECLARA sob as penas da Lei, que:
a) Se enquadra na condição de MICROEMPRESA;
b) O valor da receita bruta anual da sociedade não excederá o limite fixado no inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006;
c) Não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do artigo 3º da mesma Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO
Fica eleito o foro de Curitiba/Pr, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, renunciando-se, expressamente, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estar assim justo e contratado, lavra, data e assina, o presente instrumento, obrigando-se fielmente, por si e seus herdeiros, a cumpri-lo em todos os seus termos.

Curitiba/Pr, 24 de novembro de 2023.

GRAZIELLE DA SILVA TURBAY

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa GRAZIELLE S TURBAY ASSESSORIA E CURSOS LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
01731681917	GRAZIELLE DA SILVA TURBAY

JUCEPAR
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 15/12/2023 14:35 SOB Nº 41212161010.
PROTOCOLO: 238500233 DE 15/12/2023.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12317901367. CNPJ DA SEDE: 53213890000186.
NIRE: 41212161010. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 24/11/2023.
GRAZIELLE S TURBAY ASSESSORIA E CURSOS LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: GRAZIELLE S TURBAY ASSESSORIA E CURSOS LTDA
CNPJ: 53.213.890/0001-86

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 19:45:54 do dia 03/01/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 02/07/2026.
Código de controle da certidão: **B6DC.A1B9.6D0B.E6CC**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

78

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 39040658-43

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **53.213.890/0001-86**
Nome: **GRAZIELLE S TURBAY ASSESSORIA E CURSOS LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 12/06/2026 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Portal de Emissão de Certidões (12/02/2026 16:13:37)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE FINANCEIRO

CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL

Certidão nº: 13.068.447
CNPJ: 53.213.890/0001-86
Nome: GRAZIELLE S TURBAY ASSESSORIA E CURSOS LTDA

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria Municipal de Finanças e créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa junto à Procuradoria Geral do Município (PGM).

Esta certidão compreende os Tributos Mobiliários (Imposto sobre serviço - ISS), Tributos Imobiliários (Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU), Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Intervivos- ITBI e Contribuição de Melhoria), Taxas de Serviços e pelo Poder de Polícia e outros débitos municipais inscritos em dívida ativa.

A certidão expedida em nome de pessoa jurídica abrange todos os estabelecimentos (matriz e filiais) cadastrados no Município de Curitiba.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço https://cnd-cidadao.curitiba.pr.gov.br/Certidao/ValidarCertidao.

Certidão emitida com base no Decreto 619/2021 de 24/03/2021.
Emitida às 18:46 do dia 16/04/2026.
Código de autenticidade da certidão: 66BFB14467A34D58083D0946FBDAADA574
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Válida até 15/07/2026 – Fornecimento Gratuito

Você também pode validar a autenticidade
da certidão utilizando um leitor de QRCode.

80

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: GRAZIELLE S TURBAY ASSESSORIA E CURSOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 53.213.890/0001-86
Certidão nº: 36876625/2026
Expedição: 06/04/2026, às 12:18:52
Validade: 03/10/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **GRAZIELLE S TURBAY ASSESSORIA E CURSOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **53.213.890/0001-86, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 53.213.890/0001-86
Razão Social: GRAZIELLE S TURBAY ASSESSORIA E CURSOS LTDA
Endereço: TV VIRGILIO GOMES PINHEIRO 31 / GUABIROTUBA / CURITIBA / PR / 81520-320

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:07/04/2026 a 06/05/2026

Certificação Número: 2026040702416191189430

Informação obtida em 20/04/2026 08:23:38

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão Negativa Correcional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **GRAZIELLE S TURBAY ASSESSORIA E CURSOS LTDA**

CPF/CNPJ: **53.213.890/0001-86**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM, mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes ou de procedimentos acusatórios em andamento, relativos ao CPF/CNPJ consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram quaisquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 13:11:55 do dia 24/04/2026 , com validade até o dia 24/05/2026.

Link para consulta da verificação da certidão https://certidoes.cgu.gov.br/

Código de controle da certidão: 8Fv8ooVluQ8uq4Ek9Gmj

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

83

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Certidão Negativa de Pendências

CNPJ: 53.213.890/0001-86

Requerente: GRAZIELLE S TURBAY ASSESSORIA E CURSOS LTDA

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná CERTIFICA, em consulta ao banco de dados da Coordenadoria de Monitoramento e Execuções - CMEX, que, nesta data, não consta registro de pendências, referentes a contas julgadas irregulares nos últimos 8 (oito) anos e sanções ou determinações, de responsabilidade do requerente.

Esta certidão não se aplica aos seguintes casos:
a) aos registros para obtenção de certidão liberatória pelas entidades e suas vinculadas, conforme Instrução Normativa nº 68/2012;
b) aos registros constantes da apreciação pelo Tribunal, mediante emissão de parecer prévio, das contas anuais prestadas pelos chefes dos poderes executivo estadual e municipais, conforme inciso I, do art. 1º, da Lei Complementar nº 113/2005.

Certidão emitida em 24/04/2026 13:13:21, com validade de 30 (trinta) dias, a contar da emissão.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site www.tce.pr.gov.br mediante digitação do código de controle.

Código de controle desta certidão: 546391739

Certidão emitida nos termos da Instrução de Serviço nº 92, de 15/12/2014.

Conselho Regional de Psicologia do Paraná

CERTIDÃO
REGULARIDADE DE INSCRIÇÃO

O Conselho Regional de Psicologia - 8ª Região, para fins de comprovação de regularidade de inscrição, certifica que a(o) Psicóloga(o) **ADRIANA DA SILVA TURBAY** encontra-se inscrita(o) no quadro de Psicólogas(os) deste Conselho sob o número **CRP-08/10637**.

A presente certidão é válida por até 3(três) meses após a data de expedição.

Curitiba, 06 de maio de 2026.

Joseli de Fátima Wasik
Coordenadora Administrativa | Administradora (CRA-PR 33.910)

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página https://cfpservicos.brctotal.com/crp08_servicosonline/pgsprocesso/ConsultarCertidao.aspx com este código:

06052.02604.41404.10513.9

Avenida São José, 699 - Cristo Rei - Curitiba - Paraná - 80050-350
Site: www.crppr.org.br – E-mail: crp08@crppr.org.br



Adriana da Silva Turbay

Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/9046203981032175
ID Lattes: **9046203981032175**
Ultima atualização do currículo em 15/02/2026

Adriana S. Turbay é Ass. Social , Psicóloga, Psicanalista, Psicóloga Jurídica e Professora de Ensino Superior Ela atua como consultora em temas relacionados a Políticas Públicas, Educação e Saúde.Experiência ProfissionalTrabalha com técnicos do SUS (Sistema Único de Saúde) na área das *Práticas Integrativas e Complementares (PICS)*.É especialista em políticas de atendimento à criança e ao adolescente em situação de risco, com ênfase em Educação e Cidadania.Foca no enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes.Adriana possui formação em Magistério Superior e é especialista em Psicologia Jurídica. Sua atuação como Assistente Social e Psicóloga concentra-se no apoio a crianças e adolescentes que enfrentaram situações traumáticas.Atendimento Clínico:Atende casos que envolvem especificidades como:AutismoSíndrome de DownLimitações visuais e verbaisTrabalha em questões de guarda e reversão de guarda, além de acompanhar crianças em processos de adoção.Realiza atendimento junto à instituição e ao Juizado da Criança e Adolescência.Formação e ParticipaçãoAdriana tem participado de simpósios abordando os seguintes temas:Filosofia;Psicanálise;Serviço Social;Atualmente, atua como professora e consultora, com ênfase em Políticas Públicas e Assistenciais, além de ser palestrante em eventos sobre infância, adolescência e temas relacionados à mulher, e sujeitos de direitos e com direitos violados.Bem estar social e individual.Projetos e EnsinoÉ docente na formação de profissionais de educação em violência contra crianças e adolescentes pelo *Projeto Escola que Protege* da UFPR/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Também ensina profissionais vinculados a instituições de acolhimento e Conselhos Tutelares.xperiência ProfissionalTrabalha com técnicos do SUS (Sistema Único de Saúde) na área das *Práticas Integrativas e Complementares (PICS)*.É especialista em políticas de atendimento à criança e ao adolescente em situação de risco, com ênfase em Educação e Cidadania.Foca no enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes.Adriana possui formação em Magistério Superior e é especialista em Psicologia Jurídica. Sua atuação como Assistente Social e Psicóloga concentra-se no apoio a crianças e adolescentes que enfrentaram situações traumáticas.Atendimento Clínico:Atende casos que envolvem especificidades como:AutismoSíndrome de DownLimitações visuais e verbaisTrabalha em questões de guarda e reversão de guarda, além de acompanhar crianças em processos de adoção.Realiza atendimento junto à instituição e ao Juizado da Criança e Adolescência.Formação e ParticipaçãoAdriana tem participado de simpósios abordando os seguintes temas:Filosofia;Psicanálise;Serviço Social;Atualmente, atua como professora e consultora, com ênfase em Políticas Públicas e Assistenciais, além de ser palestrante em eventos sobre infância, adolescência e temas relacionados à mulher, e sujeitos de direitos e com direitos violados.Bem estar social e individual.Projetos e EnsinoÉ docente na formação de profissionais de educação em violência contra crianças e adolescentes pelo *Projeto Escola que Protege* da UFPR/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Também ensina profissionais vinculados a instituições de acolhimento e Conselhos Tutelares. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome

Nome em citações bibliográficas

TURBAY, A. S.

Lattes iD

http://lattes.cnpq.br/9046203981032175

País de Nacionalidade

Brasil

Endereço

Endereço Profissional

Clinica de Atendimento Psicológico.
Sete de Setembro, 4.214 - 2º Andar
Batel
80250-210 - Curitiba, PR - Brasil

Formação acadêmica/titulação

2010

Mestrado em andamento em Filosofia e Psicanálise.
Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC PR, Brasil.
Título: ?Os Labirintos da Cura ou a Não-Cura em Sigmund Freud?.
Orientador: Francisco Verardi Bocca.
Palavras-chave: Sigmund Freud, cura, clinica.; processos de cura e clínica psicanalítica.; analisando, analista, labirintos da cura..
Grande área: Ciências Humanas / Área: Filosofia / Subárea: Filosofia contemporânea..
Grande Área: Ciências Humanas / Área: Psicologia / Subárea: Psicanálise.
Setores de atividade: Atividades profissionais, científicas e técnicas; Saúde humana e serviços sociais.

2009 - 2010

Especialização em PSICOLOGIA JURIDICA.
Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC PR, Brasil.
Título: ?Subjetividade, poder e patriarcado nas ações de violência contra a Mulher.?.
Orientador: Ilma.

2008 - 2009

Especialização em CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNC.
Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.
Título: ?CONTA SUA HISTÓRIA, CRIANÇA! ".
Orientador: Fernanda Teodoro Decesaro..
Bolsista do(a): Pontificia Universidade Católica do Paraná, PUC PR, Brasil.

2005 - 2006

Especialização em ?Políticas de Atendimento à Criança e ao Adolescen.
ISEPE, ISEPE, Brasil.
Título: ?Conta sua história, criança! O trabalho com narrativas infantis que significam a possibilidade de ressignificação frente à própria imagem, pós violência sexual, psicológica e negligência.?.
Orientador: EDILSON COSTA.

2000 - 2005

Graduação em Psicologia.
Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.
Título: "O Lúdico como um Processo para Recuperar o Vínculo Afetivo - Em uma Abordagem Psicopedagógica".
Orientador: Maria Angela Calderari Oliveira.
Bolsista do(a): Pontificia Universidade Católica do Paraná, PUC PR, Brasil.

1987 - 1990

Graduação em Serviço Social.
Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.

1984 - 1986

Ensino Médio (2º grau).
Colégio Estadual Professor Lysímaco Ferreira da Costa, LFC, Brasil.

Formação Complementar

2025

Extensão universitária em EDUCAÇÃO POPULAR E ECOLOGIA INTEGRAL. (Carga horária: 44h).
CENTRO DE PROMOÇÃO DE AGENTES DE TRANSFORMAÇÃO, CEPAT, Brasil.

2025

Extensão universitária em EDUCAÇÃO POPULAR E ECOLOGIA INTEGRAL. (Carga horária: 4h).
CENTRO DE PROMOÇÃO DE AGENTES DE TRANSFORMAÇÃO, CEPAT, Brasil.

2025

SUAS - O TRABALHO SOCIAL COM FAMILIAS NO SUAS. (Carga horária: 4h).
CENTRO DE PROMOÇÃO DE AGENTES DE TRANSFORMAÇÃO, CEPAT, Brasil.

2026 - 2026

WORKSHOP DE FACILITAÇÃO BADU DESIGN. (Carga horária: 8h).
BADU DESIGN, BADU, Brasil.

2025 - 2025

Procssos Litográficos: uma arqueologia da impressão.. (Carga horária: 2h).
Gente Arteira, CEF, Brasil.

2025 - 2025

VIVÊNCIAS POPULARES DA INTER RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO POP E ECOLOGIA INTEGRAL.
CENTRO DE PROMOÇÃO DE AGENTES DE TRANSFORMAÇÃO, CEPAT, Brasil.

2025 - 2025

RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA CAMINHOS E ENCONTROS MESTRA FERNANDA MACHADO. (Carga horária: 3h).
CAIXA CULTURAL, CEF, Brasil.

2025 - 2025

LETRAMENTOS INDIGENAS MOARA TUPINAMBA. (Carga horária: 4h).
CAIXA CULTURAL, CEF, Brasil.

2025 - 2025

ATELIÊ ABERTO MOARA TUPINAMBÁ. (Carga horária: 4h).
CAIXA CULTURAL, CEF, Brasil.

2025 - 2025

PERCUSSÃO COM GUISS GUISS BOU BESS. (Carga horária: 4h).
CAIXA CULTURAL, CEF, Brasil.

2025 - 2025

ANCESTRAIS DO FUTURO CURADORIAS E IDEIAS NA PRÁTICA TAINÁ RAMOS. (Carga horária: 4h).
Gente Arteira, CEF, Brasil.

2025 - 2025

FILOSOFIA DO SAMB A E SEUS FUNDTOS - MEMÓRIA, ANCESTRALIDADE E PATRIMONIO. (Carga horária: 3h).

CENTRO DE PROMOÇÃO DE AGENTES DE TRANSFORMAÇÃO, CEPAT, Brasil.

2025 - 2025

FOTTAGE: ENTRE O VISIVEL E OINVISIVEL. (Carga horária: 2h).
Gente Arteira, CEF, Brasil.

2025 - 2025

EDUCAÇÃO ANTIRRASCISTA. (Carga horária: 2h).
CENTRO DE PROMOÇÃO DE AGENTES DE TRANSFORMAÇÃO, CEPAT, Brasil.

2025 - 2025

ANCESTRAIS DO FUTURO - CURADORIAS E IDEIAS NA PRÁTICA. (Carga horária: 3h).
CA, CAIXA, Brasil.

2025 - 2025

A Presença e os desadios das mulheres no mercado audiovisual.. (Carga horária: 2h).
Gente Arteira, CEF, Brasil.

2025 - 2025

A ECOLOGIA INTEGRAL A PARTIR DO LAUDADO SI. (Carga horária: 4h).
CENTRO DE PROMOÇÃO DE AGENTES DE TRANSFORMAÇÃO, CEPAT, Brasil.

2024 - 2024

Oficina: Puxa a Gunga Maria - Corpo, Música e Memória do Congado Mineiro. (Carga horária: 2h).
Gente Arteira, CEF, Brasil.

2024 - 2024

Oficina Entretecendo. (Carga horária: 2h).
Gente Arteira, CEF, Brasil.

2024 - 2024

Oficina de Colagem e Carimbos. (Carga horária: 2h).
Gente Arteira, CEF, Brasil.

2021 - 2021

REIKI NIVEL I. (Carga horária: 3h).
ELDA GONÇALVES, REIKI, Brasil.

2021 - 2021

REIKI NIVEL II. (Carga horária: 3h).
ELDA GONÇALVES, REIKI, Brasil.

2021 - 2021

Massagem Relaxante. (Carga horária: 60h).
INSTITUTO EXPERIENCE, IST, Brasil.

2021 - 2021

VENTOSATERAPIA. (Carga horária: 50h).
INSTITUTO EXPERIENCE, IST, Brasil.

2021 - 2021

MASSAGEM TERAPEUTICA. (Carga horária: 80h).
INSTITUTO EXPERIENCE LTDA, IST, Brasil.

2021 - 2021

REIKI NIVEL III. (Carga horária: 3h).
ELDA GONÇALVES, REIKI, Brasil.

2021 - 2021

MESTRADO EM REIKI USUI. (Carga horária: 3h).
ELDA GONÇALVES, REIKI, Brasil.

2021 - 2021

REFLEXOLOGIA PODAL. (Carga horária: 60h).
INSTITUTO EXPERIENCE LTDA, IST, Brasil.

2017 - 2017

Teoria e Prática nas Diversas Modalidades do Psicodrama. (Carga horária: 13h).
Instituto de Psicodrama de Belo Horizonte, IMPSI, Brasil.

2017 - 2017

Curso de Formação para o uso do IRDI. (Carga horária: 5h).
Associação Psicanalítica de Curitiba, APC, Brasil.

2014 - 2014

REFLETONDO SOBRE INTERVENÇAÕ PSICOSSOCIAL E HUMANI. (Carga horária: 3h).
Associação Brasileira de Psicologia Social, ABRAPSO, Brasil.

2013 - 2013

Ouvidores e Contadores de Histórias. (Carga horária: 35h).
instituto História Viva, IHV, Brasil.

2013 - 2013

A Clinica em Função do Ensino de Lacan. (Carga horária: 4h).
Associação Psicanalítica de Curitiba, APC, Brasil.

2013 - 2013

Jornada Núc.de Pesq. em Psicanálise com Crianças. (Carga horária: 4h).
Escola Brasileira de Psicanálise - Delegação Paraná, EPB, Brasil.

2012 - 2012

Jornada de Psicopatologia Contemporânea. (Carga horária: 10h).
Associação Psicanalítica de Curitiba, APC, Brasil.

2011 - 2011

APOIO À ADOÇÃO. (Carga horária: 20h).
ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO PARANÁ, AMAPAR, Brasil.

2009 - 2009

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA EM SUSPEITAS DE MAUS-TRATOS. (Carga horária: 4h).
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA JURÍDICA, ABPJ, Brasil.

2009 - 2009

"Teoria da Subjetividade e Justiça". (Carga horária: 12h).
Poder Judiciário da União, PJU, Brasil.

2009 - 2009

Perícia a e Elaboração de Laudos. (Carga horária: 14h).
Lysle Marley Farion de Aguiar, AVAL PSICOLÓGICA, Brasil.

2008 - 2008

Psicologia Jurídica. (Carga horária: 12h).
Conselho Regional de Psicologia 8a. Região, CRP-08, Brasil.

2007 - 2007

Extensão universitária em FORMAÇÃO PARA MAGISTÉRIO SUPERIOR. (Carga horária: 90h).
FACULDADE DO LITORAL PARANAENSE-ISEPE -GUARATUBA, FLP, Brasil.

2007 - 2007

Os instrumentais técnico-operativos no trabalho do. (Carga horária: 64h).
Centro de Estudos e Projetos em Educação, Cidadania e Desenvolvimento Profi, CEDEPS, Brasil.

2003 - 2003

Conceitos fundamentais da Psicanálise. (Carga horária: 40h).
Associação Psicanalítica de Curitiba, APC, Brasil.

2002 - 2002

Extensão universitária em Meditação sobre uma vida ecológica. (Carga horária: 10h).
Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.

2002 - 2002

Prevenção de acidentes do trabalho para membros da. (Carga horária: 20h).
SENAI - Departamento Regional do Paraná, SENAI/DR/PR, Brasil.

2001 - 2001

Extensão universitária em Enfoque Sociobiologico Comportamento Animal e Huma. (Carga horária: 20h).
Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.

2000 - 2000

Extensão universitária em Psicologia Analítica. (Carga horária: 16h).
Clínica Personal, CP, Brasil.

1999 - 1999

Programação Neurolinguística. (Carga horária: 12h).
American Society of Neuro Linguistic Programmig, ASNLP, Brasil.

1992 - 1992

Atualização em socioterapia para Assistentes Socia. (Carga horária: 12h).
Consultoria Empresarial Educacional e Literária Ltda, CONEL, Brasil.

1992 - 1992

Curso MS -DOS. (Carga horária: 40h).
Incepa, INCEPA, Brasil.

1992 - 1992

Word Básico. (Carga horária: 40h).
Incepa, INCEPA, Brasil.

1991 - 1991

Relações Humanas no Trabalho. (Carga horária: 8h).
Ministério do Trabalho - CRAS 11° Região, MTR, Brasil.

1990 - 1990

Extensão universitária em Aids, um problema biopsicossocial. (Carga horária: 12h).
Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.

1989 - 1989

Extensão universitária em Família e Política. (Carga horária: 10h).
Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.

1989 - 1989

Aids para as empresas, multiplicadores de informaç. (Carga horária: 9h).
Fundação Caetano Munhoz da Rocha, FCMR, Brasil.

1988 - 1988

Organização de arquivos empresariais. (Carga horária: 12h).
Idea Consultoria e Comércio, IDEA, Brasil.

1988 - 1988

Curso de Formação para Secretária. (Carga horária: 120h).
Organização Paranaense de Ensino Técnico Ltda, OPET, Brasil.

Atuação Profissional

CRAS PIÊN, CRAS, Brasil.

Vínculo institucional

2024 - 2024

Vínculo: , Enquadramento Funcional:

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SAS, Brasil.

Vínculo institucional

2024 - 2024

Vínculo: , Enquadramento Funcional:

Secretaria Ass Social Palmera, CREAS, Brasil.

Vínculo institucional

2024 - Atual

Vínculo: , Enquadramento Funcional:

Secretaria de Assistência Social de Reserva, SAS, Brasil.

Vínculo institucional

2019 - 2019

Vínculo: , Enquadramento Funcional:

Faculdades Integradas Espírita, UNIBEM, Brasil.

Vínculo institucional

2013 - 2013

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Professor Especialista, Carga horária: 16

Faculdades Itecne de Cascavel, ITECNE, Brasil.

Vínculo institucional

2013 - 2013

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Professor Especialista, Carga horária: 60

Secretaria de Assistência Social de Piraquara, SAS, Brasil.

Vínculo institucional

2013 - 2013

Vínculo: , Enquadramento Funcional:

Alvo Soluções - Conexão Sustentável, ALVO, Brasil.

Vínculo institucional

2012 - Atual

Vínculo: Sócia, Enquadramento Funcional: Sócia

FAE Centro Universitário, FAE, Brasil.

Vínculo institucional

2012 - 2013

Vínculo: Professor Especialista, Enquadramento Funcional: Professor Especialista, Carga horária: 12

Centro de Combate à Violência Infantil, CECOVI, Brasil.

Vínculo institucional

2007 - 2010

Vínculo: Colaboradora, Enquadramento Funcional: Psicóloga, Carga horária: 20

Associação Casa do Pai - INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO, CASA DO PAI, Brasil.

Vínculo institucional

2007 - 2009

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Voluntária, Carga horária: 20

Universidade Federal do Paraná, UFPR, Brasil.

Vínculo institucional

2008 - 2012

Vínculo: AUTONOMO, Enquadramento Funcional: PROFESSORA :

Centro de Estudos e Projetos em Educação, Cidadania e Desenvolvimento Profi, CEDEPS, Brasil.

Vínculo institucional

2006 - Atual

Vínculo: PROFISSIONAL AUTONOMO, Enquadramento Funcional: PROFEESORA, DEBATEDORA E CONSULTORA

Clínica de Fonaudiologia Batel, FONO BATEL, Brasil.

Vínculo institucional

2007 - 2010

Vínculo: Profissional Autonomo, Enquadramento Funcional: Psicóloga Clínica, Carga horária: 20

INSTITUTO SUPERIOR DE PESQUISA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, ISEPE, Brasil.

Vínculo institucional

2006 - 2008

Vínculo: Outro (especifique), Enquadramento Funcional: Técnica estagiária, Carga horária: 20

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC PR, Brasil.

Vínculo institucional

2011 - 2011

Vínculo: Professor vistante, Enquadramento Funcional: Professora convidada e orientadora de monogra

Outras informações

Curso de Pós Graduação semi presencial.

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.

Vínculo institucional

2011 - 2011

Vínculo: Professor vistante, Enquadramento Funcional: Professora Convidada

Outras informações

Psicologia Clínica, PSI, Brasil.

Vínculo institucional

2010 - Atual

Vínculo: Autônomo, Enquadramento Funcional: Psicóloga Clínica, Carga horária: 30

Obra Social Santo Anibal, OSSA, Brasil.

Vínculo institucional

2016 - 2017

Vínculo: Autonomo, Enquadramento Funcional: Psicologa Clínica, Carga horária: 16

Projetos de pesquisa

2019 - 2019

PAEFI - Visita domiciliar, Estimativa Rápida e Território

Descrição: Visitas e entrevistas domiciliares referentes a território..
Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.
Alunos envolvidos: Graduação: (5) .

Integrantes: Adriana da Silva Turbay - Coordenador / Grazielle da Silva Turbay - Integrante.

2013 - 2013

A Estimativa Rápida, o Território e a Regularização Findiária

Descrição: Trabalho em território com visitas domiciliares,pesquisa ação, etc..
Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.
Alunos envolvidos: Graduação: (5) .

Integrantes: Adriana da Silva Turbay - Coordenador / Grazielle da Silva Turbay - Integrante.

2007 - 2009

"Trabalho de Psicoterapia em grupo e acompanhamento de crianças"

Descrição: Minimizar as questões traumáticas; - Trabalhar com as dificuldades de relacionamento intra e interpessoal, visando o desaparecimento ou a minimização das mesmas; - Possibilitar a condição de lidar com as questões cotidianas, de diferenças, aprendizagem, entre outras enfatizando a importância da vivência em grupo; - Trabalhar com questões que interfiram no universo infantil (ou adolescente) relacionadas a condições: orgânicas, cognitivas, emocionais e sociais; considerando sempre a questão ?grupo?, sem interferir nos processos de acompanhamento psicológico individual..
Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Adriana da Silva Turbay - Coordenador.

Número de produções C, T & A: 2

2006 - 2008

?Conta sua história, criança! O trabalho com narrativas infantis que significam a possibilidade de ressignificação frente à própria imagem, pós violência sexual, psicológica e negligência.?

Descrição: O trabalho psicológico na Associação Casa do Pai, objetiva-se em atender individualmente e em grupo os infantes, ali abrigados buscando atenuar os traumas causados pela ação parental, que causou o abrigamento. O contato individual e em grupo, são os instrumentos que possibilitam uma análise frente os envolvidos: infantes e a psicóloga. Encontramos na relação individual e/ou em grupo, uma forma de relacionamento que possibilita uma aproximação, tanto do infante como de suas falas e idealizações. Idealizações que configuram uma busca do que lhe parece emergencial (o ?Eu?) e o vital (a ? existência?). O olhar da psicologia bem como do Serviço Social, vem trabalhar junto a cada infante, suas falas, medos e buscas. Através de uma práxis, onde a evidência é a compreensão do contexto social, traumático que cada um se encontra frente ao ato do abrigamento. A busca da imagem parental, depertou-nos a atenção pois é ela que norteia cada passo e movimento da criança, na condição de uma nova percepção de si mesmo. A psicóloga cabe promover junto aos infantes (considerando suas idades e elaborações psíquicas) uma remodelação de postura onde estes serão os agentes transformadores de sua história. Ao deixarem o seu universo individual, o vivido aparecer, o infante enfatiza a condição psíquica em que se encontra

frente ao (aos) trauma (s) sofrido (s); assim seus conteúdos ficam ligados ao que lhes é emergente para uma reestruturação, para a supressão do medo, possibilitando assim uma quebra na imagem de ?criança de lugar nenhum?.
Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Adriana da Silva Turbay - Coordenador.

Número de produções C, T & A: 1

Projetos de desenvolvimento

2024 - 2024

PLANO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA

Descrição: O envelhecimento da população é um fenômeno mundial. No Brasil e no mundo, a parcela da população com idade acima de sessenta anos está crescendo em um ritmo mais acelerado do que qualquer outro grupo etário. Segundo artigo publicado pelo Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES)1, espera-se que em 2050 o percentual da população mundial acima de sessenta anos ultrapasse o percentual de jovens de até 14 anos e que no Brasil, essa transição ocorra já em 2030, elevando a expectativa de vida de 79 anos.A ação, foi escrever um Plano que atendesse a melhor existência para pessoas idosas..
Situação: Concluído; Natureza: Desenvolvimento.

Integrantes: Adriana da Silva Turbay - Coordenador / Grazielle da Silva Turbay - Integrante.

Outros Projetos

2024 - 2024

PROCAD - PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DO CADASTRO ÚNICO

Descrição: Visitas docimiciliares de acordo com a determinação Federal / Municipal, da atuação do SUAS..
Situação: Concluído; Natureza: Outra.
Alunos envolvidos: Graduação: (2) .

Integrantes: Adriana da Silva Turbay - Coordenador / Grazielle da Silva Turbay - Integrante.

Número de produções C, T & A: 1

2024 - Atual

SUPERVISÃO DE CREAS / PALMERA

Situação: Em andamento; Natureza: Outra.
Alunos envolvidos: Graduação: (5) .

Integrantes: Adriana da Silva Turbay - Coordenador / Grazielle da Silva Turbay - Integrante.

Número de produções C, T & A: 1

Áreas de atuação

1.

Grande área: Ciências Humanas / Área: Ciência Política.

2.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Serviço Social.

3.

Grande área: Ciências Humanas / Área: Psicologia / Subárea: Psicanálise.

4.

Grande área: Ciências Humanas / Área: Psicologia / Subárea: Psicologia do Desenvolvimento Humano.

5.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Serviço Social / Subárea: Políticas Públicas.

6.

Grande área: Ciências da Saúde / Área: Saúde Coletiva / Subárea: Saúde Pública.

Idiomas

Inglês

Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Razoavelmente.

Espanhol

Compreende Bem, Lê Bem.

Produção bibliográfica

Textos em jornais de noticias/revistas

1.

TURBAY, A. S.. "Enfrentamento de Casos de Violência Familiar". "Diário do Aço", Reg Metrop do Vale do Aço MG, p. 01 - 22, 19 nov. 2010.

2.

☆ **TURBAY, A. S.**. "Toda Criança tem Direito de Sonhar". "O Estado do Paraná", Curitiba, p. 20 - 21, 11 out. 2009.

Resumos publicados em anais de congressos

1.

☆ **TURBAY, A. S.**. "O Suicídio como consequência do aniquilamento do desejo - Uma "Possibilidade" Radical na Construção da Subjetividade na Contemporaneidade". In: "VIII Congresso Nacional de Filosofia Contemporânea da PUC/PR - "Indivíduo e Cultura". II Encontro do Grupo Crítica e Modernidade (CriM)", 2010, Curitiba /PR. Cadernos de Resumos. Curitiba/PR: Champagnat, 2010. p. 01-104.

2.

TURBAY, A. S.. "Frida Khalo e a Vontade Incisiva da Imaginação Simbólica". In: X SIMPOSIO DE FILOSOFIA MODERNA E CONTEMPORANEA, 2005, TOLEDO - PR. ANAIS DO X SIMPOSIO DE FILOSOFIA MODERNA E CONTEMPORANEA. CASCAVEL - PR: EDITORA COLUNA DO SABER, 2005. p. 01-196.

3.

TURBAY, A. S.. "A ESTÉTICA DA MELANCOLIA - A HOSPITALIDADE OFERECIDA A UM ESTRABGEIRO". In: X SIMPÓSIO DE FILOSOFIA MODERNA E CONTEMPORÂNEA - UNIOESTE, 2005, TOLEDO. NAIS DO X SIMPÓSIO DE FILOSOFIA MODERNA E CONTEMPORÂNEA - UNIOESTE. CASCAVEL - PR: EDITORA COLUNA DO SABER, 2005. p. 01-196.

4.

☆ **BAY, A. S.**. "TODAS AS CENAS DE AMOR - PICASSO, A[illegible]LHERES QUE CHORAM E O MASOQUISMO". In: IX SIMPOSIO DE FILOSOFIA MODERNA E CONTEMPORANE DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA, 2004, TOLRDO -PR. ANAIS DO IX SIMPOSIO DE FILOSOFIA MODERNA E CONTEMPORANE DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA. CASCAVEL - PR: Editora e Gráfica Universitária- EDUNIOESTE, 2004. p. 01-240.

5.

☆ **TURBAY, A. S.**. O HOMEM PSICOLÓGICO - O INTERDITO ENTRE NIETZSCHE E CAMUS. In: VIII SIMPOSIO DE FILOSOFIA MODERNA E CONTEMPORANE, 2003, Toledo Pr. ANAIS DO VIII SIMPÓSIO DE FILOSOFIA MODERNA E CONTEMPORANE. Toledo - PR: Gráfica e Editora Imagem, 2003. p. 01-130.

6.

TURBAY, A. S.. MORAIS DA ESPONTANEIDADE: CINISMO E NIETZSCHE. In: VII SIMPÓSIO DE FILOSOFIA MODERNA E CONTEMPORANE DA UNIOESTE, 2002, TOLEDO - PR. ANAIS DO II SIMPÓSIO DE FILOSOFIA MODERNA E CONTEMPORANE DA UNIOESTE. Cascavel - Pr: Editora e Gráfica Universitária - EDUNIOESTE, 2002. v. 20. p. 01-111.

Apresentações de Trabalho

1.

TURBAY, A. S.; TURBAY, G. S. . 'Juntos pela Infância'. 2024. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).

2.

TURBAY, A. S.; TURBAY, G. S. . SAÚDE MENTAL, CRIANÇAS, ADOLESCENTES E CONSELHO TUTELAR. 2024. (Apresentação de Trabalho/Outra).

3.

TURBAY, A. S.; TURBAY, G. S. . Adolescência e Saúde Mental. 2024. (Apresentação de Trabalho/Outra).

4.

TURBAY, A. S.; TURBAY, G. S. . DISCUSSÃO 1º INFÂNCIA - ASSISTÊNCIA SOCIAL. 2024. (Apresentação de Trabalho/Outra).

5.

TURBAY, A. S.; TURBAY, G. S. . PAEFI - Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos. 2024. (Apresentação de Trabalho/Outra).

6.

TURBAY, A. S.; TURBAY, G. S. . Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV. 2024. (Apresentação de Trabalho/Outra).

7.

TURBAY, A. S.; TURBAY, G. S. . Visibilidade Feminina Adolescente - Col.Estadual Elias Abrahão. 2024. (Apresentação de Trabalho/Outra).

8.

TURBAY, A. S.; TURBAY, G. S. . 1º Infância - Rede de Proteção Articulação entre Diversos Setores. 2024. (Apresentação de Trabalho/Outra).

9.

TURBAY, A. S.; TURBAY, G. S. . 21 DIAS DE ATIVISMO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.. 2024. (Apresentação de Trabalho/Outra).

10.

TURBAY, A. S.; TURBAY, G. S. . O PAPEL DO SUAS NO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTES. 2024. (Apresentação de Trabalho/Outra).

11.

TURBAY, A. S.; TURBAY, G. S. . COMDICA - Atuação e Responsabilidade. 2024. (Apresentação de Trabalho/Outra).

12.

TURBAY, A. S.; TURBAY, G. S. . AS ESCUTAS - A lei da escuta protegida e seus efeitos no SUAS. 2024. (Apresentação de Trabalho/Outra).

13.

TURBAY, A. S.. O Impacto em Adolescentes e Crianças pós Covid.. 2023. (Apresentação de Trabalho/Outra).

14.

TURBAY, A. S.; TURBAY, G. S. . A Criança e o Adolescente como Sujeito de Direitos - Compreendendo o Trabalho Infantil para erradicar.. 2023. (Apresentação de Trabalho/Outra).

15.

TURBAY, A. S.; TURBAY, G. S. . A Rede de Proteção. 2023. (Apresentação de Trabalho/Outra).

16.

TURBAY, A. S.; TURBAY, G. S. . Conferência da Assistência Social. 2023. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

17.

TURBAY, A. S.. Roda de Mulheres - As Deusas que estão contidas em Nós: A Deusa e suas facetas em Nós.. 2023. (Apresentação de Trabalho/Outra).

18.

TURBAY, A. S.. Indigenas, Quilombolas e Comunidade LGBTQI+. 2022. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

19.

TURBAY, A. S.. Conferência da Criança e do Adolescente. 2022. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

20.

TURBAY, A. S.. Conferência da Criança e do Adolescente. 2022. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

21.

TURBAY, A. S.. Conferência da Criança e do Adolescente. 2022. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

22.

TURBAY, A. S.. XII Conferência Municipal dos Doreitos de Crianças e Adolescentes. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

23.

TURBAY, A. S.. 'Como é ser criança no Século XXI'. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

24.

TURBAY, A. S.. Violência Doméstica e Familiar contra a MUlher - Feminismo e Empoderamento. 2017. (Apresentação de Trabalho/Outra).

25.

TURBAY, A. S.. 'As Interfaces do Racismo'. 2017. (Apresentação de Trabalho/Outra).

26.

TURBAY, A. S.. MESA DE DISCUSSÃO: MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS: DIÁLOGO E COMPROMISSO DE TODOS.. 2015. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

27.

TURBAY, A. S.. 1º DEBATE: A importância da família no desenvolvimento da infância e da adolescência. das 8h as 12h; 2º DEBATE: A violência intrafamiliar e seus reflexos no desenvolvimento infantil. das 13h30 as 16h30. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

28.

TURBAY, A. S.. 'A Explração Sexual de Crianças e Adolescentes: Quem sou 'EU' neste Universo - Criando um olhar de Prevenção'. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

29.

TURBAY, A. S.. 'A Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes Pontual e Cibernética': Quem sou Eu neste Universo'. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

30.

TURBAY, A. S.. A Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes Pontual e Cibernética : Quem Sou Eu neste Universo - Criando Um Olhar de Prevenção. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

31.

TURBAY, A. S.. EXPLORAÇÃO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES - NOVOS OLHARES. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

32.

TURBAY, A. S.. 'VIII Conferência Municipal de Assistência Social de Mandirituba'. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

33.

TURBAY, A. S.. Conferência Municipal de Assistência Social. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

34.

TURBAY, A. S.. Conferência Municipal de Assistência Social. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

35.

TURBAY, A. S.. 'Estudo Social, Peíricia Social, Relatório Social e Laudo Social'. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

36.

TURBAY, A. S.. 'Psicologia Social Comunitária'. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

Outras produções bibliográficas

1.

TURBAY, A. S.. Módulo: Desenvolvimento Infantil Reflexões sobre o desenvolvimento da criança. PUC Pr On line, 2011 (Texto para curso de pós graduação.).

2.

TURBAY, A. S.. Reflexões sobre as técnicas da prática social: observação, visita domiciliar e visita institucional. Curitiba - Paraná: PUC Pr On line, 2011 (Texto para curso de aperfeiçoamento.).

Produção técnica

Assessoria e consultoria

1.

TURBAY, A. S.; TURBAY, G. S. . A IMPORTÂNCIA DA ARTE NA EDUCAÇÃO. 2025.

2.

TURBAY, A. S.; TURBAY, G. S. . SUAS - TEMÁTICAS ESPECÍFICAS AOS ATENDIMENTOS DE CASO. 2025.

3.

TURBAY, A. S., PROCAD - PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DO CADASTRO ÚNICO. 2024.

4.

TURBAY, A. S.. Gestão SUAS. 2022.

5.

TURBAY, A. S.. PLANEJAMENTO - Politicas de Assistencia Social. 2014.

6.

TURBAY, A. S.. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO - Politicas de Assistência Social. 2014.

7.

TURBAY, A. S.. Capacitação da Rede de Serviço de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens de Ribeirão Preto - SP. 2014.

8.

TURBAY, A. S.. Formação para futuros conselheiros tutelares no que diz respeito à atuação e responsabilidades.. 2012.

9.

TURBAY, A. S.. Avaliação dos Candidatos as Vagas do Conselho Tutelar de Valinhos-SP (30/03/2012). 2012.

10.

TURBAY, A. S.. Avaliação Psicológica dos Candidatos ao Conselho Tutelar de Matinhos. 2012.

11.

TURBAY, A. S.. Avaliação dos Candidatos as Vagas do Conselho Tutelar de Paranaguá (de 24/09 a 27/09). 2011.

12.

TURBAY, A. S.. ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAISDO SERVIÇOS SOCIAL E PSICOLOGIA NO CREAS: CONSTRUINDO UMA PRÁTICA COLETIVA. 2011.

13.

TURBAY, A. S.. ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAISDO SERVIÇOS SOCIAL E PSICOLOGIA NO CREAS: CONSTRUINDO UMA PRÁTICA COLETIVA. 2011.

14.

TURBAY, A. S.. Trabalho junto aos Psicólogos e Assistentes Sociais ?CREAS / Canoinhas/SC. 2010.

15.

✯ **TURBAY, A. S.**. "O Assistente Social e o Psicólogo Compondo a Equipe Técnica do CREAS". 2009.

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

1.

TURBAY, A. S.; BARBOSA, C. L. ; TOMAZ, R. . 'Cor[illegible]s - Encontro Acadêmico de Letra - A Diversidade dos [illegible]es: Síndrome de Asperger'. 2012. (Programa de rádio ou TV/Mesa redonda).

2.

TURBAY, A. S.. REDES SOCIAIS (02/04/2011). 2011. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

3.

TURBAY, A. S.. Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes e a Repetição da Violência Intrafamiliar nas Famílias dos Acolhidos em Instituições na Cidade de Rio Claro. 2010. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

4.

TURBAY, A. S.. ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Violência Cotidiana e os Profissionais da Assistência. 2010. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

Demais tipos de produção técnica

1.

TURBAY, A. S.; TURBAY, G. S. . GARANTIA DE DIREITOS E DEVERES -ECA. 2025. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

2.

TURBAY, A. S.; TURBAY, G. S. . JUNHO VIOLETA - IDOSOS. 2025. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

3.

TURBAY, A. S.; TURBAY, G. S. . JUNHO VIOLETA - IDOSOS. 2025. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

4.

TURBAY, A. S.; TURBAY, G. S. . SETEMBRO AMARELO. 2025. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

5.

T[illegible]AY, A. S.; TURBAY, G. S. . MOTIVAÇÃO E EQUIPE. 2025. ([illegible]de curta duração ministrado/Outra).

6.

TURBAY, A. S.; TURBAY, G. S. . 'FILHOS DO FEMINICIDIO'. 2025. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

7.

TURBAY, A. S.; TURBAY, G. S. . SAUDE MENTAL E BEM ESTAR PARA OS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO - 04/02. 2025. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

8.

TURBAY, A. S.; TURBAY, G. S. . FLUXOGRAMA SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITO - FEVEREIRO 2024 - JAGUARIAIVA. 2024. (Cartas, mapas ou similares/Outra).

9.

TURBAY, A. S.; TURBAY, G. S. . FLUXOGRAMA SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITO - Março 2024 - IMBITUVA. 2024. (Cartas, mapas ou similares/Outra).

10.

TURBAY, A. S.; TURBAY, G. S. . PLANO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA. 2024. (Cartas, mapas ou similares/Outra).

11.

TURBAY, A. S.. OS ADOLESCENTES E A SAÚDE MENTAL NO SECULO XXI. 2024. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

12.

TURBAY, A. S.. ESCUTA QUALIFICADA. 2024. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

13.

TURBAY, A. S.. REDE DE PROTEÇÃO. 2024. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

14.

TURBAY, A. S.. Medidas Socioeducativas - Lei 12.594. 2024. .

15.

TURBAY, A. S.. PAIF - Serviço de Atendimento Integral a Família. 2024. .

16.

TURBAY, A. S.. SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. 2024. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

17.

TURBAY, A. S.; TURBAY, G. S. . CAPACITAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR. 2024. .

18.

TURBAY, A. S.; TURBAY, G. S. . REDE DE PROTEÇÃO. 2024. .

19.

TURBAY, A. S.; TURBAY, G. S. . PROERD. 2024. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

20.

TURBAY, A. S.; TURBAY, G. S. . SUPERVISÃO DE EQUIPE TÉCNICA. 2024. (SUPERVISÃO DE CREAS).

21.

TURBAY, A. S.; TURBAY, G. S. . SCFV - CRAS. 2024. (SCFV - GRUPO DE ADOLESCENTES).

22.

TURBAY, A. S.; TURBAY, G. S. . Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único no Sistema Único da Assistência Social. 2024. (PROCAD - Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único no Sistema Único da).

23.

TURBAY, A. S.; TURBAY, G. S. . SETEMBRO AMARELO PREVENÇÃO AO BULLYING E AO SUICIDIO. 2024. (Setembro Amarelo - adolescentes - 18,19,20/09/2024).

24.

TURBAY, A. S.; TURBAY, G. S. . CADÚNICO - Discussão. 2024. (CADUNICO - Discussão).

25.

TURBAY, A. S.. Atendimento Humanizado para Equipes do SUS e do SUAS. 2023. .

26.

TURBAY, A. S.. A Rede de Proteção de Crianças e Adolescentes. 2023. .

27.

TURBAY, A. S.; TURBAY, G. S. . Justiça Restaurativa - Multiplicadores. 2023. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

28.

TURBAY, A. S.; TURBAY, G. S. . A Visita Domiciliar na Regularização Fundiária. 2023. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

29.

TURBAY, A. S.; TURBAY, G. S. . 12,13,14/09 - Setembro Amarelo uma Discussão Pela Vida. 2023. (Palestra e Hip Hop para Adolescentes e Crianças sobre o Setembro Amarelo).

30.

TURBAY, A. S.; TURBAY, G. S. . 28/09 - Setembro Amarelo uma Discussão Pela Vida. 2023. (Vamos Falar de Saúde Mental - Setembro Amarelo).

31.

TURBAY, A. S.; TURBAY, G. S. . 11/10 - O Luto en sas Vidas. 2023. (11/10 - Discussões Pós Pandemia COVIL Xô COVID).

32.

TURBAY, A. S.; TURBAY, G. S. . 19/10 - 'XÔ COVID'. 2023. (19/10 - GRUPOS CRAS - "XÔ COVID").

33.

TURBAY, A. S.; TURBAY, G. S. . 08/11 - Setembro Amarelo uma Discussão Pela Vida. 2023. (08/11 - Setembro Amarelo - adolescentes).

34.

TURBAY, A. S.; TURBAY, G. S. . 09/11 - Novembro - Mês da Consciência Negra. 2023. (Contação de Histórias sobre a Consciência Negra).

35.

TURBAY, A. S.; TURBAY, G. S. . 24/11 - 'Dona de Si - Dia Internacional para Eliminação da Violência contra as Mulheres'. 2023. (Saúde Mental).

36.

TURBAY, A. S.; TURBAY, G. S. . 08/12 - 'Conselho Tutelar fortalecendo a Rede de Proteção'. 2023. (Discussão com Conselheiros Tutelares sobre a Rede).

37.

TURBAY, A. S.; TURBAY, G. S. . 08/11 -'XÔ COVID'. 2023. (08/11 - "Xô COVID").

38.

TURBAY, A. S.. CMDCA - Possibilidade. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

39.

TURBAY, A. S.. Bullying e CyberBullying uma discussão pertinente ao Século XXI. 2022. .

40.

TURBAY, A. S.. Abordagem Social de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua. 2022. .

41.

TURBAY, A. S.. Acolhimento Institucional e Família Acolhedora. 2022. .

42.

TURBAY, A. S.. CAPACITAÇÃO PARA OS/AS TRABALHADORES/AS DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS SOBRE A VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL. 2021. .

43.

TURBAY, A. S.. SUPERVISÃO TÉCNICA PARA O ÓRGÃO GESTOR DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. 2021. .

44.

TURBAY, A. S.. SIPIA - Conselho Tutelar. 2021. .

45.

TURBAY, A. S.. Elaboração de fluxos, protocolos e documentação (resoluções, deliberações, atas) do Conselho municipal.. 2021. .

46.

TURBAY, A. S.. Família Acolhedora. 2018. .

47.

TURBAY, A. S.. Família Acolhedora. 2018. .

48.

TURBAY, A. S.. Fortalecimento no Atendimento de Casos de Violência contra Crianças e Adolescentes. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

49.

TURBAY, A. S.. Grupos Terapêuticos com o viés da Terapia Comunitária. 2017. (Grupos Terapeuticos).

50.

TURBAY, A. S.. Integração de Conteúdos: Diferentes Conceitos. 2016. .

51.

TURBAY, A. S.. Interação de Conteúdos : Diferentes Conceitos. 2016. .

52.

TURBAY, A. S.. Integração de Conteúdos: Diferentes Conceitos. 2016. .

53.

TURBAY, A. S.. Interação de Conteúdos : Diferentes Conceitos. 2016. .

54.

TURBAY, A. S.. Oficina de Contação de Histórias. 2016. .

55.

TURBAY, A. S.. 'Mapas Conceituais'. 2016. .

56.

TURBAY, A. S.. ' Atuação dos Conselheiros Tutelares'. 2016. .

57.

TURBAY, A. S.. ?Lugar estrangeiro ? Retratos da Adolescência ao Início da Fase Adulta no século. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

58.

TURBAY, A. S.. Ações e Metodologia de Trabalho Social com Famílias no Âmbito do PAEFI; - Metodologia de Atendimento e Acompanhamento às famílias, focando na redução e identificação das violações, acesso aos serviços socioassistenciais e melhoria de qualidade de vida.. 2015. .

59.

TURBAY, A. S.. Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescente: Processo Histórico e Dasafios Atuais. 2015. .

60.

TURBAY, A. S.. Técnicas para uma Atuação Humanizada. 2015. .

61.

TURBAY, A. S.. 'Abuso Sexual e Principais Temáticas'. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

62.

TURBAY, A. S.. - Visitas Domiciliares: fazer ou não fazer? - Possibilidades com trabalho em grupos e famílias; - Aspectos Metodológicos da Psicologia Comunitária para autonomia e emancipação do individuo e comunidade; - Resignificando a Entrevista.. 2015. .

63.

TURBAY, A. S.. Café Pedagógico - 'EMOÇÃO - Primeira Grandeza da Formação Psíquica'. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

64.

TURBAY, A. S.. Mediação de Conflitos. 2015. .

65.

TURBAY, A. S.. Oficinas De Contação de História. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

66.

TURBAY, A. S.. Aspectos conceituais, teóricos e históricos da violência nas relações humanas Turma I. 2014. .

67.

TURBAY, A. S.. Aspectos conceituais, teóricos e históricos da violência nas relações humanas Turma II. 2014. .

68.

TURBAY, A. S.. 'Atendimento Humanizado'. 2014. .

69.

TURBAY, A. S.. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família ? PAIF. 2014. .

70.

TURBAY, A. S.. O Sigilo - Uma Necessidade que vai Além da Ética. 2014. .

71.

TURBAY, A. S.. Formação para Futuros Conselheiros Tutelares no que diz respeito à Atuação e Responsabilidades no Município de Paranavaí. 2014. .

72.

TURBAY, A. S.. Tempos de Aprendizagem: Desafios e Possibilidades. 2014. .

73.

TURBAY, A. S.. 'Modalidades de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens de Ribeirão Preto -SP'. 2014. .

74.

TURBAY, A. S.. FASES DO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. 2013. .

75.

TURBAY, A. S.. Critérios de Normalidade, concepção de saúde e doença mental. Conceitos e Procedimentos básicos de Psicoterapia.. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

76.

TURBAY, A. S.. Conceitos e Procedimentos básicos de condução de atividades em grupo.. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

77.

TURBAY, A. S.. Preparatório para Concurso Público do TJ/PR II ? Vaga Psicólogo(a). 2013. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

78.

TURBAY, A. S.. 'Acolhimento Institucional e Familiar com Estratégias para Garantia do Direito de Convivência Familiar e Comunitária'. 2013. .

79.

TURBAY, A. S.. Instrumentais Técnico Operativos no Trabalho do Assistente Social. 2013. .

80.

TURBAY, A. S.. Aspectos Juridicos e fundamentos doutrinários (Constituição federal, ECA, Leia Maria da Penha, Estatuto do Idoso). 2013. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

81.

TURBAY, A. S.. Aspectos Juridicos e fundamentais doutrinários (Lei de Alienação Parental). 2013. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

82.

TURBAY, A. S.. Aspectos da Violência Intrafamiliar/ Acolhimento Familiar e Institucional. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

83.

TURBAY, A. S.. Trabalho com Famílias / Abordagem e Mediação de Conflitos. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

84.

TURBAY, A. S.. Aspectos da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

85.

TURBAY, A. S.. LOAS e Tipificação dos Seviços. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

86.

TURBAY, A. S.. A Implantação do SINASE Desafios e Interface com o SUAS. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

87.

TURBAY, A. S.. Possibilidade da Atuação do Psicologo no SUAS, Elaboração de Relatórios, Parecer e Perícia Social. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

88.

TURBAY, A. S.. NOB RH e Aspectos acerca das condições de trabalho no SUAS. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

89.

TURBAY, A. S.. D\esafios da Organização do Trabalho em Rede. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

90.

TURBAY, A. S.. Os Diferentes Olhares da Inclusão ? Quem são os Atores. 2012. .

91.

TURBAY, A. S.. COMPREENDENDO O SIGNIFICADO DA PROTEÇÃO SOCIAL: ENFOQUE NA PROTEÇÃO ESPECIAL. 2012. .

92.

TURBAY, A. S.. ASPECTOS CONCEITUAIS E TEÓRICOS SOBRE A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL, DO PSICÓLOGO, DO PEDAGOGO E OUTROS TRABALHADORES NO CREAS. 2012. .

93.

TURBAY, A. S.. INSTRUMENTOS DE CONHECIMENTO DA FAMÍLIA E SEU FORTALECIMENTO: GENOGRAMA E ECOMAPA. 2012. .

94.

TURBAY, A. S.. ESTUDOS DE CASO ATENDIDOS PELO CREAS. 2012. .

95.

TURBAY, A. S.. Compreendendo o significado da Proteção Social: Enfoque na Proteção Especial. 2012. .

96.

TURBAY, A. S.. Aspectos conceituais e teóricos sobre a atuação do Assistente Social, do Psicólogo, do Pedagogo e outros trabalhadores no CREAS. 2012. .

97.

TURBAY, A. S.. PLANO INDIVIDUALIZADO DE ATENDIMENTO - PIA. 2012. .

98.

TURBAY, A. S.. PLANO DE PROMOÇÃO FAMILIAR - PPF. 2012. .

99.

TURBAY, A. S.. Estatuto do Idoso, Estatuto da Criança e do Adolescente, Questões de Violência Doméstica. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

100.

TURBAY, A. S.. Código de Ética Profissional do A nte Social (Lei Federal nº 8668/93). 2012. (Curso de curta ção ministrado/Outra).

101. **TURBAY, A. S.**. "Papel do trabalhador social na atuação com as famílias". 2012. .

102. **TURBAY, A. S.**. CATEGORIAS FUNDAMENTAIS P COMPREENSÃO DA INSTRUM. NO TRABALHO DO ASS.SOCIAL. 2012. .

103. **TURBAY, A. S.**. PLANEJAMENTO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL. 2012. .

104. **TURBAY, A. S.**. CONCEITOS E TÉCNICAS DE OBSERVAÇÃO. 2012. .

105. **TURBAY, A. S.**. RESIGNIFICANDO A TÉCNICA DE ABORDAGEM NO TRABALHO DO ASS. SOCIAL. 2012. .

106. **TURBAY, A. S.**. INSTRUMENTAIS TÉCNICOS: OBSERVAÇÃO E ABORDAGEM. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

107. **TURBAY, A. S.**. "A identificação e tipificação das violências: Violência física, violência sexual, violência psicológica a a auto regressão". 2012. .

108. **TURBAY, A. S.**. INST. TÉCNICO P PSICÓLOGOS: ESTUDO, PARECER E PERÍCIA PSICOLOGICA". 2012. .

109. **TURBAY, A. S.**. INST. TÉCNICO P PSICÓLOGOS: "ESTUDO DE CASO EM EQUIPE INTERDISCIPLINAR". 2012. .

110. **TURBAY, A. S.**. INS.TÉCNICOS E OPERATIVOS DO ASS.SOCIAL: "ENTREVISTA E PLANTÃO SOCIAL". 2012. .

111. **TURBAY, A. S.**. INS.TÉCNICOS E OPERATIVOS DO ASS.SOCIAL: "VISITA DOMICILIAR". 2012. .

112. **TURBAY, A. S.**. ANÁLISE DA REALIDADE SOCIAL LOCAL. 2012. .

113. **TURBAY, A. S.**. Intervenção junto às famílias atendidas pelo CRAS, Plano de Promoção Familiar (PPF). 2012. .

114. **TURBAY, A. S.**. "Caminhos previstos nas legislações e notificação de casos de violência". 2012. .

115. **TURBAY, A. S.**. "Papel do trabalhador social na atuação com as famílias". 2012. .

11
6.

TURBAY, A. S.. "Exploração Sexual contra Ccas e Adolesc. - Criando um Olhar de Prevenção" - Itapema. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

11
7.

TURBAY, A. S.. "Exploração Sexual contra Ccas e Adolesc. - Criando um Olhar de Prevenção" - Itapema. 2012. .

11
8.

TURBAY, A. S.. "Experiência e Transmissão- Como Existir após questão Traumática" - Cascavel. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

11
9.

TURBAY, A. S.. "Um Novo Olhar sobre a Descoberta de Crianças- Desenvolv.Infantil, Trauma e Resiliência". 2012. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

12
0.

TURBAY, A. S.. "DESENVOLVIMENTO INFANTIL". 2012. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

12
1.

TURBAY, A. S.. "Trauma e TEPT - Transtorno de Estresse Pós-Traumático". 2012. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

12
2.

TURBAY, A. S.. Resiliência - Um Outro Olhar". 2012. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

12
3.

TURBAY, A. S.. "O Trabalho da Equipe Técnica - CRAS" - CWB. 2012. .

12
4.

TURBAY, A. S.. "Os Instrumentais de Conhecimento das Famílias - PPF - Monitor. e Aval."- CWB. 2012. .

12
5.

TURBAY, A. S.. "Intervenção Tec. Junto às Famílias e Agressores" - Joinville. 2012. .

12
6.

TURBAY, A. S.. "Caminhos previstos nas legislações e notificação de casos de violência". 2012. .

12
7.

TURBAY, A. S.. "A ação Socioeducativa na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais" -Paranaguá. 2012. .

12
8.

TURBAY, A. S.. "A identificação e tipificação das violências: Violência física, violência sexual, violência psicológica a a auto regressão". 2012. .

12
9.

TURBAY, A. S.. "As Legislações Sociais p/ o enfrentamento a Violência" - BC. 2012. .

13
0.

TURBAY, A. S.. Enfrentamento à Violência na Relações Familiares- A Identificação e tipificação das violências'. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

13
1.

PIÊN
PREFEITURA

Departamento de Licitações e Compras

105

PROTOCOLO Nº 3039/2026
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS

1) OBJETIVO: Contratação de palestrante para realização de palestras em alusão ao "MAIO LARANJA", mês de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, nos dias 18 e 19 de maio de 2026, no Pavilhão Municipal de Eventos.

2) MODALIDADE: Inexigibilidade.

3) VALOR MÉDIO ESTIMADO: R$ 9.300,00 (Nove mil e trezentos reais).

4) **FORMA DE PAGAMENTO:** Em até 30 (trinta) dias após emissão de Nota Fiscal.

5) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme LOA 2026

3513 - 10.003.08.245.0012.2044.3.3.90.39.00.00 – fonte 934.

6) RECURSOS ORÇAMENTARIOS:
Saldo Atualizado em 11/05/26 às 09:11 hrs R$ 22.098,54
(X) Há disponibilidade.
( ) Não há disponibilidade.
( ) Quando se tratar de Registro de Preços o Saldo Orçamentário deverá ser consultado no momento da emissão do contrato/Empenho.
( ) Necessita suplementação.

José Luiz de Barros
Contador CRC/PR 049922/O-8
Matrícula 35076-1
11/05/26

Claudinei De Siqueira
Tesouraria
Matrícula: 7441
11/05/26

7) RECURSOS FINANCEIROS:
(X) Há previsão de recursos financeiros e será incluído na Programação de acordo com a disponibilidade .
( ) Não há previsão recursos financeiros.
( ) Quando se tratar de Registro de Preços o Saldo Orçamentário deverá ser consultado no momento da emissão do contrato/Empenho.
( ) Necessita suplementação

8) Declaramos que a análise da regularidade orçamentária e legal foi feita pelo órgão solicitante, de acordo com as informações constantes no processo e epígrafe, em conformidade com o que dispões os Arts. 16 e 17 da LC 101/00.

Silvana Teixeira Jung
Secretária Municipal de Administração e Finanças
Decreto 146/2025
11/5/26

106

DESPACHO PARA INEXIGIBILIDADE

PROTOCOLO Nº 3039/2026

OBJETO: Contratação de palestrante para realização de palestras em alusão ao "MAIO LARANJA", mês de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, nos dias 18 e 19 de maio de 2026, no Pavilhão Municipal de Eventos.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/21

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;
f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal

RAZÃO ESCOLHA DO CONTRATADO:
O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS de Piên) é a unidade pública estatal responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e riscos sociais. Dentre os serviços ofertados pelo CRAS, está o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, que objetiva desenvolver ações preventivas e proativas, oferecendo à população que vivencia situações de vulnerabilidades sociais, novas oportunidades de reflexão acerca da realidade social, contribuindo dessa forma para a planejamento de estratégias e na construção de novos projetos de vida. Considerando a necessidade de garantir as ações ofertadas no âmbito do SUAS e a efetivação do direito à convivência familiar e à proteção da família, bem como, visando o enfrentamento de situações de enfraquecimento ou rompimento de vínculos familiares e comunitários, além de situações discriminatórias e estigmatizantes, objetiva-se realizar 12 (doze) palestras ao longo dos dias 18 e 19 de maio de 2026, para as crianças e adolescentes da rede de ensino estadual, em alusão ao "MAIO LARANJA", que é considerado o mês de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. As palestras a serem contratadas possuem exclusividade nacional quanto ao formato e abordagem do tema, além da experiência e *nohall* único do palestrante, fatos estes que são indispensáveis para realização e atendimento do objeto proposto. O encontro também contará com o apoio dos profissionais do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, de modo a conscientizar e mobilizar ações com foco na prevenção e combate à violência sexual. Destaca-se ser dever da sociedade brasileira e do poder público, dentre as diversas áreas envolvidas, o compromisso de proteger as crianças e adolescentes, desta forma, entendemos que a realização deste encontro corrobora com o interesse público e é de suma importância sua realização em nosso município. Ainda, a realização do encontro caracteriza uma atividade de caráter não continuado, que tem como objetivo apoiar as famílias e proporcionar a integração do público atendido pelo SCFV, na faixa etária de 12 a 17 anos, bem como contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos participantes.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO:
O preço está dentro do praticado atualmente no mercado da região.

DOCUMENTOS DO PROCESSO
[x] Requerimento e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo.
[x] Estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei.
[x] Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido – Informações Orçamentárias e Financeiras.

[x] Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária – Certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista.
[x] Autorização da autoridade competente.
[ ] No mínimo 3 (três) orçamentos/cotações.
[x] Contrato Social/Requerimento do empresário/Estatuto.
[ ] Publicação em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, nos termos do art. 75, § 3º da Lei nº 14.133/21.

Piên, 11 de maio de 2026

MARCOS AURÉLIO MELENEK
Agente de contratação
Decreto nº 290, de 06 de agosto de 2025

Rua Amazonas, 373
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1136

108

Protocolo: 3039/2026
Assunto: "contratação de palestrante para realização de palestras em alusão ao "maio laranja", mês de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, nos dias 18 e 19 de maio de 2026".
Modalidade: Inexigibilidade de licitação
Requerente: Secretaria Municipal de Assistência Social e Defesa Civil

Parecer Jurídico

I – Relatório

Trata-se de consulta jurídica formulada pela Secretaria requerente para "contratação de palestrante para realização de palestras em alusão ao "maio laranja", mês de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, nos dias 18 e 19 de maio de 2026". O processo veio acompanhado do requerimento da secretaria municipal, estudo técnico preliminar, termo de referência, declaração de existência de dotação orçamentária, consulta de certidões de regularidade fiscal e trabalhista fornecido pela Assessoria de Licitações e Contratos.

II - Passamos a análise jurídica

As aquisições e contratações públicas seguem, em regra, o princípio do dever de licitar, previsto no artigo 37, inciso XXI da Constituição. Porém, o comando constitucional já enuncia que a lei poderá estabelecer exceções à regra geral, com a expressão "*ressalvados os casos especificados na legislação*".

Sendo assim, o legislador constitucional já previu que existem situações excepcionais em que mesmo que haja a possibilidade de realizar a concorrência entre licitantes, dadas as circunstâncias ou os custos da licitação, a regra do dever de licitar é dispensada (ou dispensável), conforme o art. 75 da Lei nº 14.133/21, sempre mediante justificativa.

No entanto, a mesma Lei de Licitações prevê outra exceção ao dever de licitar que se dá quando a concorrência não puder ser realizada e, nestes casos, aplica-se então a "regra da inexigibilidade", constante no art. 74 do referido diploma legal, dispõe que: "*É inexigível a licitação quando inviável a competição*".

Cabe esclarecer que a licitação é inexigível quando ocorre, no caso concreto, circunstâncias especiais, de fato ou de direito, previstas em lei, as quais se revelam inviabilizadoras de competição, afastam peremptoriamente a licitação, consubstanciando numa presunção relativa de que a licitação não pode ser realizada em razão do objeto ou em razão da pessoa ou em razão de situações excepcionais.

Quanto ao tema, a legislação preceitua no art. 74, III, da Lei nº 14.133/21, que:

Rua Amazonas, 373
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1136

> Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
> (...)
> III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

Posto isto, registra-se que a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativo, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em seu art. 72 elenca os documentos necessários para a contratação direta através de inexigibilidade:

> Art. 72. **O processo de contratação direta**, que compreende os casos de **inexigibilidade** e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:
> I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, **termo de referência**, projeto básico ou projeto executivo;
> II - **estimativa de despesa**, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
> III - **parecer jurídico e pareceres técnicos**, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
> IV - **demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários** com o compromisso a ser assumido;
> V - **comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação** e qualificação mínima necessária;
> VI - **razão da escolha do contratado**;
> VII - **justificativa de preço**;
> VIII - **autorização da autoridade competente**.
> Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

No presente processo administrativo, noto que foram atendidos os requisitos da legislação, em especial, quanto ao requerimento, estimativa da despesa, demonstração da compatibilidade de recursos orçamentários, justificativa da escolha da contratada e documentos de habilitação jurídica fornecidos pela área de licitações e contratos.

A Lei de Licitações estabelece que a realização de licitação depende da previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma, neste sentido, foi anexado ao processo a declaração de disponibilidade orçamentária e financeira atestada pelo setor de contabilidade.

Igualmente, a Lei de Responsabilidade Fiscal, direciona o gestor público a obrigatoriedade de observar a lei orçamentária nos procedimentos licitatórios para que as contratações a serem realizadas estejam incluídas no Plano Plurianual e Lei Orçamentária, vejamos:

> Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de: (Vide ADI 6357)
> I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;
> II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Rua Amazonas, 373
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1136

Neste sentido, verifica-se a presença da autorização expressa da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, para o início dos trabalhos licitatórios, atestando a existência de recursos e a regularidade orçamentária para contratação.

Por fim, importante mencionar, que o art. 73 da referida Lei de Licitações prevê que se o gestor vier a contratar diretamente fora dos parâmetros e requisitos autorizados expressamente neste diploma, o contratado e o agente público "*responderão solidariamente pelo dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis*".

Além disso, as irregularidades na contratação poderão configurar crime previsto no art. 337-E do Código Penal e, de maneira solidária, o contratado e o agente público responsável poderão responder pelo eventual dano causado ao erário.

III – Conclusão

Neste sentido, entendemos que o processo em comento atende os princípios insculpidos no inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal e, diante disso, **opinamos pela legalidade da contratação**, através de inexigibilidade de licitação em razão da inviabilidade de competição, para atender a demanda da secretaria municipal.

Recomendo a área de Licitações que, proceda divulgação em sítio eletrônico oficial do ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato, nos termos do parágrafo único do art. 72, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

O presente parecer possui caráter meramente opinativo, destinado a dar subsídios a decisão da autoridade a que se destina e cinge-se, exclusivamente, de estudo dos contornos jurídicos, da legislação e jurisprudência em torno do assunto em comento.

S.M.J. É o parecer.

Piên, 11 de maio de 2026.

Eduardo Araujo
Procurador Jurídico
OAB/PR 58.418

Prefeitura de
PIÊN

MUNICÍPIO DE PIÊN
ESTADO DO PARANÁ

PROTOCOLO N° 3039/2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 075/2026

Inexigibilidade de Licitação, na forma do Art. 74° *caput III, f,* da Lei Federal 14.133/21.

Objeto: Contratação de palestrante para realização de palestras em alusão ao "MAIO LARANJA", mês de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, nos dias 18 e 19 de maio de 2026, no Pavilhão Municipal de Eventos.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR

PESSOA JURÍDICA: GRAZIELLE S TURBAY ASSESSORIA E CURSOS LTDA
CNPJ: 53.213.890/0001-86
VALOR: R$ 9.300,00 (Nove mil e trezentos reais)

Dotação Orçamentária:

3513 - 10.003.08.245.0012.2044.3.3.90.39.00.00 – fonte 934.

Condição de Pagamento: Depósito bancário em até 30 dias após o recebimento da N.F.

PIÊN/PR, 12 de maio de 2026.

Maicon Grosskopf
Prefeito Municipal

Prefeitura de
PIÊN

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Compras e Licitações

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Ratifico por este termo em 12/05/2026 a Inexigibilidade de Licitação **Nº 075/2026**, que tem como objeto: Contratação de palestrante para realização de palestras em alusão ao "MAIO LARANJA", mês de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, nos dias 18 e 19 de maio de 2026, no Pavilhão Municipal de Eventos. A contratação da empresa: **GRAZIELLE S TURBAY ASSESSORIA E CURSOS LTDA - CNPJ:** 53.213.890/0001-86, no valor total de R$ 9.300,00 (Nove mil e trezentos reais) com base no caput III, f do Art. 74, da Lei Federal 14.133/21 e suas alterações posteriores, de acordo com parecer da Procuradoria Jurídica e tendo em vista os elementos que instruem o protocolo administrativo nº 3039/2026.

Maicon Grosskopf

Prefeito Municipal

CONTRATAÇÃO DIRETA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 075/2026

PROTOCOLO: 3039/2026

Objeto: Contratação de palestrante para realização de palestras em alusão ao "MAIO LARANJA", mês de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, nos dias 18 e 19 de maio de 2026, no Pavilhão Municipal de Eventos.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR

PESSOA JURÍDICA: GRAZIELLE S TURBAY ASSESSORIA E CURSOS LTDA
CNPJ: 53.213.890/0001-86
VALOR: R$ 9.300,00 (Nove mil e trezentos reais)

AUTORIZAÇÃO 12/05/2026

ISZA COMERCIO E ATACADO EPP, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 35.436.095/0001-75, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 44.185,00 (quarenta e quatro mil e cento e oitenta e cinco reais).
REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 79.912.788/0001-62, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 5.293,86 (cinco mil e duzentos e noventa e três reais e oitenta e seis centavos).
ICS ESPORTE COMERCIO MATERIAL ESPORTIVO LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 20.525.422/0001-98, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 11.927,34 (onze mil e novecentos e vinte e sete reais e trinta e quatro centavos).
VICTOR LAZARINO OZORIO pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 35.569.716/0001-99, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 2.257,00 (dois mil e duzentos e cinquenta e sete reais).
BRUNA ALVES DE SOUZA ME, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 26.176.661/0001-66, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 10.605,70 (dez mil e seiscentos e cinco reais e setenta centavos).
TS COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 64.259.058/0001-37, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais).
C.B COMÉRCIO DE LIVROS E BRINQUEDOS BOFF LTDA - ME, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 01.669.984/0001-60, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 1.049,90 (hum mil e quarenta e nove reais).
FENIX DO BRASIL SPORTS LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 41.227.145/0001-07, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 6.920,15 (seis mil e novecentos e vinte reais e quinze centavos).
OUROFLEX COMERCIAL LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 55.391.431/0001-18, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 9.450,00 (nove mil e quatrocentos e cinquenta reais).
VANINHA UTILIDADES LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 58.421.861/0001-23, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 73.534,00 (setenta e três mil e quinhentos e trinta e quatro reais).
NAIZ & SILVA LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 28.636.965/0001-94, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 8.274,00 (oito mil e duzentos e setenta e quatro reais).
PAPELARIA SÃO BENTO LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 07.634.816/0001-16, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 19.097,50 (dezenove mil e noventa e sete reais e cinquenta centavos).
EGS COMERCIO DE BRINQUEDOS, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº **22.025.872/0001-47,** vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 21.398,00 (vinte e um mil e trezentos e noventa e oito reais).
CORMED WINNER LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 52.890.701/0001-47, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 1.360,00 (um mil e trezentos e sessenta reais).
G.A DA COSTA ESPORTES LTDA ME, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 19.444.651/0001-07, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 28.884,00 (vinte e oito mil e oitocentos e oitenta e quatro reais).
K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 19.444.651/0001-07, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 231,00 (duzentos e trinta e um reais).
SOS PARQUES INDÚSTRIA COMÉRCIO E MANUTENÇÃO E PARQUES E ARTEFATOS DE METAL LTDA - ME, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 68.723.998/0001-96, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 14.016,00 (quatorze mil e dezesseis reais).
E ANTONINI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 58.545.693/0001-88, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 4.845,00 (quatro mil e oitocentos e quarenta e cinco reais).

Piên/PR, 11 de maio de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thais Becker de Souza
Código Identificador:27A0A9E7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 074/2026

CONTRATAÇÃO DIRETA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 074/2026

PROTOCOLO: 3021/2026

Objeto: Contratação de pessoa jurídica com profissional especializado para realizar Palestra Magma com o tema "Fortalecendo o Sistema de Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente e a Democracia Participativa "e atuar como Facilitador dos eixos temáticos da 12° Conferência Municipal dos Diretos da Criança e do Adolescente.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR

PESSOA JURÍDICA: CONSULTÓRIO DE PSICOLOGIA FLOR E SER LTDA
CNPJ: 28.763.867/0001-18
VALOR: R$ 2.807,00 (Dois mil e oitocentos e sete reais)

AUTORIZAÇÃO 12/05/2026

Publicado por:
Marcos Aurelio Melenek
Código Identificador:A7DFD771

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 075/2026

CONTRATAÇÃO DIRETA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 075/2026

PROTOCOLO: 3039/2026

Objeto: Contratação de palestrante para realização de palestras em alusão ao "MAIO LARANJA", mês de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, nos dias 18 e 19 de maio de 2026, no Pavilhão Municipal de Eventos.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR

PESSOA JURÍDICA: GRAZIELLE S TURBAY ASSESSORIA E CURSOS LTDA
CNPJ: 53.213.890/0001-86
VALOR: R$ 9.300,00 (Nove mil e trezentos reais)

AUTORIZAÇÃO 12/05/2026

Publicado por:
Marcos Aurelio Melenek
Código Identificador:01CAB95E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 009/2026

Prefeitura Municipal de Piên - 2026

CNPJ: 76.002.666/0001-40
Endereço: Rua Amazonas, 373 - Complemento: PREDIO PREFEITURA
CEP: 83860-000 - Bairro: Centro Cidade: Piên Fone: 4136321136

115

NOTA DE EMPENHO

Número	Tipo	Emitido em	Requisição Nº	Requisição Compra Nº
4588/2026	Ordinário	13/05/2026	3248	86888

Licitação

Tipo	Número
Inexigibilidade	75/2026 de 12/05/2026

Contrato/Aditivo

Código	Contrato	Aditivo	Início da vigência	Fim da vigência	Fim da vigência atualizada	Início da execução	Fim da execução	Fim da execução atualizada

Fornecedor

GRAZIELLE S TURBAY ASSESSORIA E CURSOS LTDA

Matrícula	CPF/CNPJ
37934-4	53.213.890/0001-86

Endereço
Travessa Virgílio Gomes Pinheiro,31 -

Tipo de conta bancária	Banco
Conta corrente	260

Cidade/UF	CEP	Bairro	Fone	Agência	Conta
Curitiba/PR	81520-320	Guabirotuba	(41) 3225-4430	1	556371506 - 1

Classificação da despesa

	10	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEFESA CIVIL
	10.003	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
	08.245.0012.2044	BLOCO DE FINANCIAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
	3390390500	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS
3513	934	Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS

Saldo Anterior	Valor Empenhado	Saldo atual
R$ 22.008,54	R$ 9.300,00	R$ 12.708,54

Outras informações

Histórico

Contratação de profissional para realização de palestras em alusão ao "Maio Laranja", mês de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, a serem realizadas no dia 18 e 19 de maio de 2026, nos seguintes locais: Colégio Estadual Alfredo Greipel Junior e Frederico Guilherme Giese C E EF M, pela empresa Coletivo Gaia Prisma – CNPJ – 53.213.890/0001-86.
Correspondente a realização 12 (doze) palestras, incluindo todas as despesas, como deslocamento, alimentação, hospedagem e demais custos relacionados, com o tema "MAIO LARANJA: mês de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.
8. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA E FORMA DE FORNECIMENTO
8.1. As palestras serão realizadas conforme datas e locais abaixo:
18/05 –
3 palestras no Colégio Estadual Alfredo Greipel Junior - manhã
2 palestras no Colégio Estadual Alfredo Greipel Junior - tarde
1 palestra no Colégio Estadual Alfredo Greipel Junior - noite
19/05
1 palestra no Colégio Estadual Alfredo Greipel Junior - manhã
2 palestras no Frederico Guilherme Giese C E EF M - manhã
1 palestra no Frederico Guilherme Giese C E EF M - tarde
2 palestras no Frederico Guilherme Giese C E EF M - noite
Endereços:
- Colégio Estadual Alfredo Greipel Junior - Av. Paraná, 548, Piên - PR
- Frederico Guilherme Giese C E EF M - Rua Espírito Santo, 62, Piên - PR

Itens

Código	Nome	Marca	Quantidade	Valor	Valor total
29722	PALESTRA MAIO LARANJA	SERV	1.0000	9.300,00	9.300,00

Certidão

CERTIDÃO DÉBITOS TRABALHISTAS	36876625/2026	03/10/2026
CERTIDÃO FGTS	2026040702416191189430	20/05/2026
CERTIDÃO UNIFICADA - RFB/PGFN	B6DC.A1B9.6D0B.E6CC	02/07/2026

Katia C. Fragoso.

KATIA REGINA RUDNICK CAVALHEIRO FRAGOSO